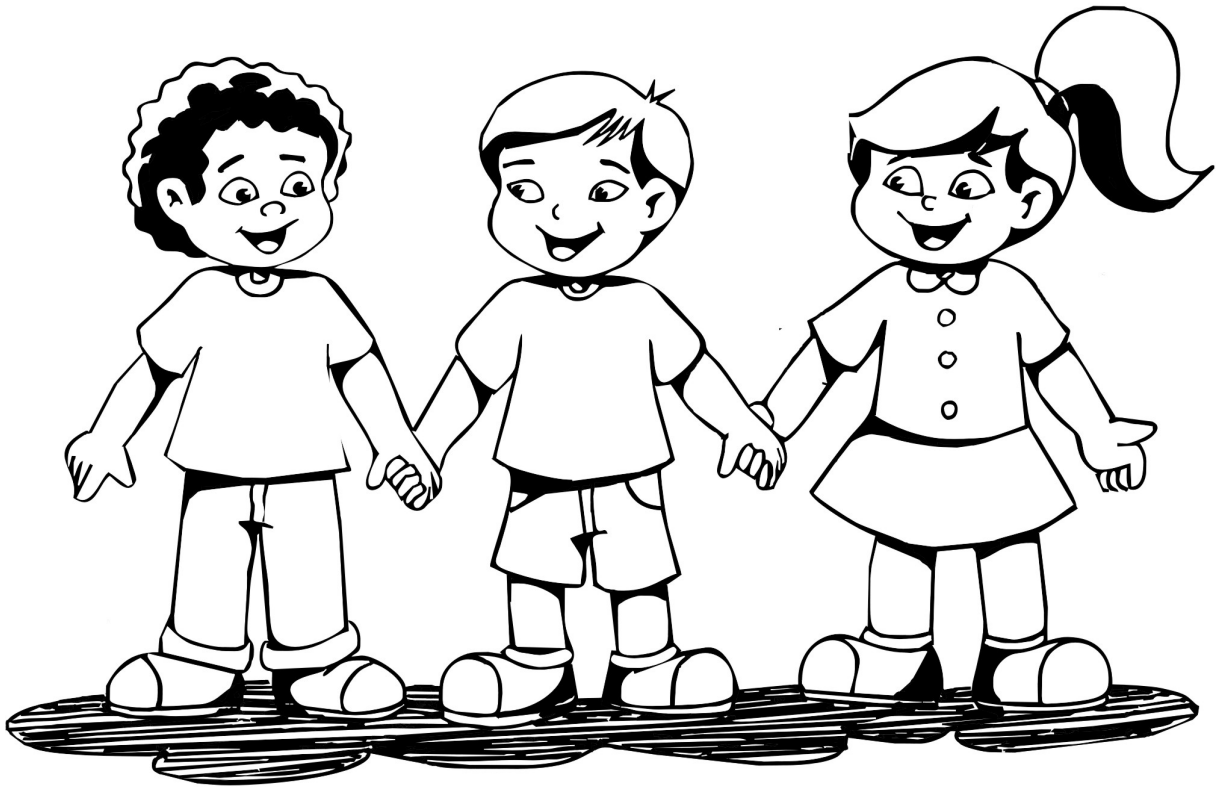




NEUZA GUBANY



**PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA
FAVORECER A SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS
REGULARES**

LONDRINA
2008

NEUZA GUBANY

CADERNO PEDAGÓGICO
PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA
FAVORECER A SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES

Caderno Pedagógico apresentado ao Núcleo Regional de Ensino (NRE) e à Secretaria Estadual de Educação (SEED) – PR, como requisito obrigatório às atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, sob Orientação da Prof^a Dr.^a Célia Regina Vitaliano – UEL.

Londrina
2008

SUMÁRIO

1 TÍTULO.....	03
2 INTRODUÇÃO.....	03
3 TEMAS QUE COMPÕEM ESTE CADERNO.....	04
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	05
4 1 Que podemos propor diante de tal situação?.....	08
4 2 A convivência com as pessoas com deficiência.....	09
4 3 A escola necessária para a educação inclusiva.....	11
5 O PRECONCEITO E AS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	13
6 A TEÓRICA DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A INTERAÇÃO SOCIAL FUNDAMENTAL PARA A APRENDIZAGEM.....	18
7. ESTRATÉGIAS QUE FAVORECEM A INTERAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	31
7 1 O que precisa acontecer para que as amizades se desenvolvam?.....	32
7 2 Sugestões de atividades que o professor, pode desenvolver na sala de aula.....	35
7. 2.1 Diferentes tipos de atividades:.....	37
7.2.1.1 Simulações:.....	37
8 OUTRAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:.....	40
9 COMO UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA PODE ASSISTIR TV?.....	54
10 SUGESTÕES FILMES E VÍDEOS.....	57
11 TRABALHANDO EM GRUPOS COM OS ALUNOS COM NEE.....	60
11. 1 Métodos de aprendizagem cooperativa.....	60
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	69

1 TÍTULO:**Procedimentos Pedagógicos para favorecer a socialização de alunos com deficiência em escolas regulares****2 - INTRODUÇÃO**

Este Caderno Pedagógico objetiva apresentar e discutir questões que abordam as relações sociais e os valores que permeiam o desenvolvimento de ações relativas à inclusão social e educacional da pessoa com deficiência.

A inclusão social e educacional é hoje, um movimento mundial que vem se intensificando particularmente a partir da década de 90. No Brasil, a educação inclusiva se materializa na transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo.

É preciso ter em mente que a inclusão implica na transformação das relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos por praticamente toda a história da humanidade. A questão é complicada, porque embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem alunos com necessidades especiais em suas classes, e empregadores a contratar uma porcentagem de deficientes em suas empresas, não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas dos deficientes.

A inclusão de pessoas com deficiência não pode ser visto apenas como um problema de políticas públicas. A inclusão tem causado polêmicas e controvérsias. Alguns a favor advogando a inclusão independente de sua deficiência e outros colocando como utopia, inviável.

Pretendemos neste caderno apresentar uma análise das relações sociais e dos valores e crenças que circundam no ambiente escolar em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como, demonstrar procedimentos identificados na literatura especializada na área, que possam auxiliar aos professores reconstruírem seus valores e crenças em relação aos alunos com NEE com vistas à inclusão dos mesmos.

3. TEMAS QUE COMPÕEM ESTE CADERNO

- Compreensão do processo de construção social das atitudes de discriminação em relação às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.
- Análise das relações sociais, dos valores e das crenças que permeiam o ambiente escolar, em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais.
- Apresentação de fundamentação teórica que sustenta o processo de construção da educação inclusiva.
- Estratégias identificadas, na literatura especializada, que podem auxiliar os professores a reconstruírem seus valores e crenças em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais com vistas à inclusão.

4 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de inclusão passou a ser utilizado de forma inadequada e aleatória para indicar e qualificar a solução para os problemas sociais de quem vive em condições de marginalidade, acreditando que eles vão desaparecer se o aluno com necessidades educacionais especiais for simplesmente matriculado no ensino regular. Sabemos que a questão não é mudança de endereço, a solução depende de uma série de fatores e medidas que devem ser tomadas.

A inclusão não acontece da noite para o dia, mas é algo que está em permanente construção, é fruto decorrente de um longo processo de mudanças políticas e sociais. A legislação brasileira já contempla a educação especial e a inclusão em diversos documentos tais como: a Constituição Federal, a LDB, as Diretrizes Curriculares, leis complementares e decretos, entre outros. É, também signatário de diversos documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática em Educação Especial, cujo princípio orientador é de que:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e/ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, [...] e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados (EDLER, 1998, p. 56).

A educação inclusiva desafia a escola ser mais democrática e justa, supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa a diversidade dos alunos e baseia-se na defesa de promover uma mudança sem que ocorra exclusão.

A inclusão é necessária que seja feita todos os dias, é um movimento amplo que implica em atitudes, valorização das diferenças, dar oportunidades a todos e serve para melhorar as condições sociais da sociedade.

Diante da inclusão todos temos o mesmo valor por sermos humanos, é a luta contra a exclusão, eleva ao máximo o nível de participação coletiva e individual, almeja uma estrutura social menos hierarquizada e excludente. (Santos e Paulino)

Porém, o caminho para as escolas inclusivas é cheio de desafios onde professores com atitudes positivas e ações eficazes transformam sua prática docente em resposta à diversidade dos alunos.

Segundo Coll, Marchesi, Palácios & Cols (2004):

“O fundamento ideológico das escolas inclusivas não procede principalmente das vantagens que pode ter para os alunos com problemas de aprendizagem uma educação comum, nem da necessidade de uma reforma da educação especial. Sua base situa-se na declaração universal dos direitos humanos: os poderes públicos têm obrigação de garantir um ensino não segregador, que se prolongue posteriormente na integração à sociedade, a todos os alunos sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais.” (COLL, MARCHESI, PALÁCIOS & COLS, 2004 p. 26)

Essa situação supõe a uma transformação do sistema educacional, um enorme esforço de toda sociedade na busca de soluções que contribuam para que todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação, atinjam o desenvolvimento máximo de suas capacidades pessoais, sociais e intelectuais.

Segundo Silva (2004), no atual cenário político-econômico brasileiro deparamo-nos com: o estágio de desvalorização do magistério;

má qualidade da formação de educadores; a inexistência, em muitas escolas, de um projeto político pedagógico que contemple a diversidade dos alunos, falta de recursos específicos que otimizem a aprendizagem de todos os alunos, o descompromisso de muitas famílias com a educação escolar dos filhos, a situação de miséria econômica e carência social, altos índices de repetência e evasão escolar, as inadequadas condições físicas e materiais das escolas e a insuficiente qualidade do ensino diante das conquistas da modernidade são obstáculos a serem superados pela educação brasileira. Esses fatores comprometem e, até mesmo impedem que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso e permaneçam no ensino regular.

O processo da inclusão deve ser ampliado, sendo relevante a participação dos diferentes segmentos na implantação dos direitos assegurados em lei para os benefícios da inclusão educacional possam ser efetivados.

A educação inclusiva é um movimento coletivo que avança para superar o preconceito e a segregação. Trata-se de envolvimento dos governos, dos professores, dos pais e do conjunto da sociedade de todos que almejam uma educação de qualidade para todos os alunos.

Debates intensos são feitos sobre a necessidade urgente de transformação do sistema regular de ensino em um ambiente mais justo democrático, no entanto existem muitas resistências e o progresso ainda é pouco, limitado.

“Escolas Inclusivas são escolas que devem levar em contas TODAS as crianças e suas necessidades educacionais, pessoais, emocionais, familiares, etc. Uma escola inclusiva deve ser humanística, no sentido de assumir a formação integral da criança e o jovem como sua finalidade primeira e última. Uma escola inclusiva não pode somente se referir a um grupo social em desvantagem e excluído (mais freqüentemente conhecido como o grupo das crianças com deficiência), mas deve, ao invés disso, se comprometer e lutar pelo direito de todos aqueles que vivem em situação de risco, como resultado de uma sociedade injusta e desigual que privilegia os que têm em detrimento daqueles que nada possuem” (FERREIRA, 2005 p. 43)

Em nossa realidade profissional existem muitas professoras com atitudes inclusivas, em suas práticas pedagógicas, mesmo diante da precariedade das condições existentes nas escolas reconhecem o aluno como único, no processo ensino-aprendizagem, promovem a autonomia, criam igualdade de oportunidades, contribuem na construção de sua cidadania. Por outro lado também existem professoras que não se sentem preparadas para receber em sua sala um aluno com necessidades educacionais especiais e pior, se recusam a recebê-los alegando que não levam jeito ou não tiveram formação para isso.(FERREIRA, 2005).

4.1 Que podemos propor diante de tal situação?

Muitos estudiosos concordam que a inclusão pressupõe a formação contínua de professores para usarem estratégias de ensino mais diversificadas e dinâmicas onde os alunos se sintam parte integrante do contexto escolar.

Faz-se necessário uma política participativa e uma cultura inclusiva com o envolvimento da família e da comunidade na qual todos possam aprender uns com os outros e busquem uma educação de qualidade.

Precisamos urgente refletir sobre a nossa prática em sala de aula e planejar nossas aulas de forma mais dinâmicas, interessante, participativa e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento pleno do educando e para oferecer um ensino de qualidade a todos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que os profissionais estejam preparados para essa nova realidade Glat (2007).

Com esse trabalho tem-se a intenção de sugerir procedimentos para favorecer a construção de relações sociais, valores e crenças em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, que favoreçam sua participação e aprendizagem, visto que, infelizmente é grande o número de pessoas preconceituosas em relação às pessoas com deficiência. Essa é a realidade que vivenciamos e praticamos, pois fomos educados de forma preconceituosa desde crianças.

Todos devem saber acolher uma pessoa com necessidades educacionais especiais para que esta possa estar integrada, pois o preconceito em relação às pessoas com deficiência é fruto de uma sociedade desinformada, sem orientação preventiva e segregadora. Mas precisamos ter clareza que “acolher” não é sentir pena, dó, mas aceitar a pessoa com suas limitações dando oportunidades para que ela mostre seu potencial e possa conviver de forma harmônica com todos.

É através da convivência com a pessoa com necessidades educacionais especiais que aprenderemos a aceitá-la, portanto é um processo lento, espontâneo e subjetivo que só pode ser concretizado com a inclusão.

Em nosso país é grande o número de pessoas com deficiência causada pela carência alimentar, as que vivem em extrema condição de pobreza, sofrem exploração sexual, violação física ou emocional, vítimas de conflito e principalmente por acidentes no trânsito onde a maioria que escapam com vida acabam sofrendo algum tipo de seqüela.

Segundo Glat, (1995) a partir de uma auto-reflexão sobre nossas atitudes a respeito da deficiência que possibilite uma transformação da nossa atuação profissional, é que poderemos auxiliar as pessoas com necessidades educacionais específicas a conquistar um lugar mais respeitado na sociedade.

“Outro aspecto importante do papel de deficiente é que ele é exclusivo. Ou seja, enquanto nós, pessoas “normais” temos uma gama razoável de papéis que podemos desempenhar na nossa

vida, uma vez que um indivíduo seja “escalado” para representar o papel de deficiente, com raras exceções ele não será convidado para desempenhar nenhum outro papel! Conseqüentemente, esse papel passa a ser o único disponível no seu repertório, limitando assim suas oportunidades educacionais, sociais e afetivas” (GLAT 1995 p. 26).

4.2 A convivência com as pessoas com deficiência

No mundo todo, profissionais vêm trabalhando no sentido de desenvolver estratégias que facilitem a convivência da pessoa com necessidades educacionais especiais na comunidade, através de sua inclusão, lutam para ajudar essas pessoas a terem uma vida mais digna tais como, Stainback & Stainback (1996),;Coll, Marchesi, Palácios & Coll (2004), Coleman & Hoffer (1987), Glat (1995), Carvalho (2006), Ferreira (2005), entre outros.

Existe um desafio muito grande por se tratar de uma questão de relacionamento entre pessoas e isto acontece ou não, sempre há o risco mesmo que haja uma programação de atitudes, comportamentos e situações a favor da integração.

“Em outras palavras, não se pode integrar o outro. Cada um que se integre da maneira que puder e que quiser. É claro que nós, especialistas, temos a função essencial em facilitar e promover” (GLAT, 1995 p. 43).

O papel mais importante a ser desempenhado por nós, profissionais da educação, diz respeito ao relacionamento humano e só é possível através da convivência com as pessoas com necessidades educacionais especiais..

Segundo Echeita e Martin (1995), um dos grandes avanços ocorridos nos últimos anos é o reconhecimento do papel central desempenhado pelos processos de interação social, estabelecidos tanto

entre os alunos, como entre estes e o professor. Não é possível explicar a aprendizagem à margem destes processos que, por outro lado não devem ser analisados exclusivamente a partir da perspectiva cognitiva, mas também a partir de sua perspectiva de relacionamento, isto é, social e afetiva.

Os principais modelos teóricos que levaram ao convencimento da importância de processos interativos esclarecem sobre a possibilidade de potencializar estes processos em favor de uma aprendizagem significativa para “todos” os alunos, isto é, também para os alunos com necessidades educacionais especiais. Tais processos estão sob o domínio do professor, pois dele depende o “clima” e o “estilo” das relações psicossociais que podem ser estabelecidas em uma sala de aula.

Ao abordarmos a questão de como a deficiência é percebida em nossa sociedade, é comum encontrarmos manifestações de sentimentos como medo, pena, raiva, repulsa. Tais sentimentos estão muito ligados ao desconhecimento e às idéias preconcebidas que existem em relação às pessoas com deficiências, derivados da nossa história que priorizou atendimentos segregados a esta população. Mudar valores, atitudes e comportamentos é um processo complexo, pois envolve nossa história emocional e cognitiva, especialmente quando entramos em contato com novas informações e novos conceitos.

4.3 A escola necessária para a educação inclusiva

Precisamos de escolas que promovam a aceitação social ampla, pois se as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos e quando eles se tornam adultos, provavelmente irão manter os conflitos gerados por atitudes discriminatórias e por competição desumana.

“Segregação e atitudes como a identificação e a rotulação que em geral absorvem uma grande quantidade de recursos, são encaradas como discriminação social e uma negação da provisão de habilidades para a cidadania participativa” (CUIMNINS 1987, SNOW 1984, STANTON 1994 apud STAINBACK e STAINBACK 1999 p. 30).

Considerando este contexto, no qual, por um lado temos uma sociedade, com instituições, entre elas a escola, que apresentam dificuldades em perceber a população com deficiência sem estereótipos e preconceitos e por outro lado, estamos por força de lei tendo a inserção dos alunos com deficiência nas classes comuns, com a perspectiva de favorecer sua inclusão, neste trabalho pretendemos levantar algumas alternativas para lidar com esta situação.

A inclusão é necessária e deve ser feita todos os dias. Pois, trata-se de um movimento amplo que implica em atitudes, valorização das diferenças, convívio na diversidade, oportunidades para todos, com reflexos na melhoria das condições sociais da sociedade.

Pelo princípio da inclusão, todos temos o mesmo valor por sermos humanos. A luta contra a exclusão eleva o nível de participação individual e coletiva, galgando a construção de uma estrutura social menos hierarquizada e excludente. Porém, o caminho para as escolas inclusivas é cheio de desafios, pois conta com professores que desenvolvam atitudes positivas e ações eficazes, capazes de transformar sua prática docente em resposta à diversidade dos alunos.

A inclusão social e educacional é hoje um movimento mundial que vem se intensificando, particularmente a partir da década de 90. No Brasil, a educação inclusiva se materializa na transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo.

A convenção Internacional para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência, realizada na Guatemala em maio de 1999, da qual o Brasil é signatário,

apresentou explicação sobre a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definida, no artigo 1º, nº 2-a, discriminação como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (MEC 2004)

Se o momento é para tratar de inclusão, subentende que há um processo anterior - o de exclusão. Portanto, é necessário entender como se desenvolveu o processo de exclusão dos alunos com NEE, para que a educação inclusiva se desenvolva em bases sólidas.

5. O PRECONCEITO E AS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Silva (apud CARMO, 1994), em seus trabalhos ilustra dados históricos sobre o relacionamento entre os homens e as pessoas com NEE, desde a idade da pedra lascada, passando por várias culturas antigas, pela idade média e pelo Renascimento até o século XX. No Brasil são retratados dados desde o período colonial até os dias atuais. Este relacionamento e sua evolução se dá em diferentes formas e culturas. Na cultura primitiva, por exemplo, os idosos, doentes e deficientes de várias tribos eram abandonados e a morte se dava por inanição ou por ataques de animais ferozes, enquanto que em uma tribo primitiva denominada Azande, situada no sul da África e do Sudão as crianças com NEE não eram abandonadas nem mortas, dedos adicionais nos pés ou nas mãos eram motivos de orgulho. Uma outra tribo denominada Langoa ao leste da África acreditavam que as pessoas com NEE eram habitadas por maus espíritos que nelas arquitetavam e se deliciavam, por isso não as matavam nem sacrificavam, pois segundo eles tais espíritos poderiam trazer a todos os demais membros anormalidades. Já outra tribo do Canadá, todas as crianças que nasciam com deficiências e aqueles que adquiriam a deficiência com o passar dos tempos eram enterrados vivos.

A deficiência sempre foi considerada como força do mal, algo demoníaco, essa idéia só veio sofrer mudanças no Renascimento, pois neste período o homem passou a ter maior reconhecimento associado ao Naturalismo, época em que grandes avanços foram conquistados na área da reabilitação física através de estudos e grandes experiências.

Segundo Glat, (1995), na idade antiga havia uma seleção natural, e nesta sobrevivia o mais dotado, o mais forte, enquanto que o menos dotado e menos eficiente (ou deficiente) perecia. Hoje em dia, mesmo que as pessoas com NEE não sejam exterminadas, socialmente são excluídas das responsabilidades sociais dos privilégios, vantagens e oportunidades, inclusive afetivas. Devido ao progresso material da civilização, muitos indivíduos sobrevivem fisicamente, mas por não terem as condições básicas de lidar independentemente com o meio ambiente não sobrevivem socialmente.

Apesar da proliferação do movimento em prol da inclusão das pessoas com NEE, o isolamento social em que essas pessoas vivem persiste. Pois desde o início da vida humana sobre a terra há marginalização e sua erradicação é difícil, porém não impossível.

É preciso ter em mente que a inclusão implica na transformação das relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos por praticamente toda a história da humanidade

A inclusão supõe uma transformação no sistema educacional num enorme esforço de que toda a sociedade busque soluções que contribuam para que todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação, atinjam o desenvolvimento máximo de suas capacidades pessoais, sociais e intelectuais.

O movimento inclusivo deve ser coletivo e avança para superar o preconceito e a segregação. Trata-se do envolvimento dos governos, dos professores, dos pais, enfim de toda a sociedade, almejando uma educação de qualidade, em um ambiente mais justo e democrático. No entanto, existem muitas resistências e o progresso ainda é limitado.

Em nossa realidade profissional, existem muitos professores com atitudes inclusivas, que em suas práticas pedagógicas, mesmo diante da precariedade das condições das escolas, reconhecem o aluno como único no processo ensino-aprendizagem, promovem ações que favorece a sua autonomia, buscam oferecer igualdade de oportunidades, contribuem na construção de sua cidadania. Por outro lado, também existem professores que não se sentem preparados para receber em suas salas de aula aluno com necessidades educacionais especiais e pior, se recusam a recebê-lo alegando que não levam jeito ou não tiveram formação para isso. É evidente que o professor do ensino regular não se sente e não está preparado para receber na sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais e provavelmente se recusará se não tiverem capacitação para tal. Quando será o momento da preparação? Quando estaremos preparados?

Para enfrentamento da situação, no momento em que nos encontramos, destacamos ações que precisam ser desenvolvidas com urgência, por todos os envolvidos no sistema educacional, não apenas pelos professores, como o segue:

- Formação continuada para professores, para que possam identificar e usar estratégias de ensino mais diversificadas e dinâmicas.

- Política participativa e cultura inclusiva com o envolvimento da família e da comunidade, onde todos possam aprender uns com os outros buscando uma educação de qualidade.

- Reflexão sobre a prática em sala de aula, com planejamento de aulas mais dinâmicas, interessantes, participativas e inovadoras, contribuindo para o desenvolvimento pleno do educando.

E, ainda, promover vários debates, permitir que o professor decida se quer ou não trabalhar com alunos NEE, pois sabemos que as salas que receberem estes alunos exigirão do professor maior atenção, disponibilidade, emprego de métodos e técnicas diferenciadas, planejamento específico e adaptados à deficiência em questão, além da avaliação ajustada a cada caso. O professor precisa sentir-se seguro, disposto e preparado para superar os obstáculos que, com certeza, surgirão. Todo trabalho realizado deverá ser repassado ao corpo docente para que haja cada dia mais adesões em prol da inclusão, sem que aconteça a exclusão dentro da própria sala de aula.

Glat (1995) afirma que:

Quando nos deparamos com indivíduos que por suas características ou comportamentos não se enquadram em nossa representação ou tipificação de “normalidade”, ocorre uma quebra ou ruptura na rotina da interação social (p.21)

Todos devem aprender a acolher uma pessoa com necessidades educacionais especiais, para que esta possa estar integrada, pois o preconceito é decorrente de uma sociedade

desinformada, sem orientação preventiva e que, muitas vezes sente tem pena e não aceita o deficiente com suas limitações e não lhe oferece oportunidades para que ele mostre seu potencial e possa conviver de forma harmônica com todos. .

É preciso ter em mente que a proposta de integração implica antes de mais nada na transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos por praticamente toda história da humanidade. A questão é complicada, porque embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem crianças portadoras de deficiências em suas classes, e empregadores a contratar uma porcentagem de deficientes em suas empresas, não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas dos deficientes. (GLAT 1995 p. 16)

Faz-se necessária uma transformação na nossa atuação profissional, evitando “escalar” alunos para representar papel de deficiente, pois com tal rótulo ele será excluído do desempenho de outro papel, limitando suas oportunidades como aluno e como pessoa.

É preparando dentro do possível a sociedade, abrangendo todos os segmentos organizados da mesma, principalmente expondo através da mídia, com debates, entrevistas, exposição de idéias, opiniões diferenciadas (pais, estudiosos, professores, religiosos, formadores de opinião...) esgotando bem o tema, apresentando os prós e os contra da inclusão.

Dentro da escola, é necessário debater as idéias teóricas sobre o processo de inclusão, assim como deve ser também discutido os medos e inseguranças dos professores, promover fóruns com profissionais que já trabalham com educandos com NEE para que possam dar seus depoimentos, responder às indagações relativas ao ensino-aprendizagem com pessoas com NEE, seus sucessos e insucessos.

Bruno (2006), afirma que a inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de

interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades das pessoas com necessidades educacionais especiais.

São os relacionamentos pessoais desenvolvidos durante a jornada do crescimento humano que determinarão a qualidade de educação de cada um de nós.

Quando a escola reflete os valores de cooperação, companheirismo, de colaboração e de apoio mútuo proporcionando ambientes, nos quais tais valores são moldados por adultos e alunos. As práticas de ensino, as estruturas e os currículos exemplificam esses valores, contribuem para que a sociedade seja um lugar onde um grupo de pessoas, cada vez mais diversificado, tenha uma aprendizagem autêntica.

6- A TEÓRICA DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A INTERAÇÃO SOCIAL FUNDAMENTAL PARA A APRENDIZAGEM.

Segundo Carneiro(1997), a psicologia sócio-histórica, que tem como base a teoria do professor e pesquisador Lev Semenovitch Vygostsky (1896-1934), concebe o desenvolvimento humano a partir das relações sociais que a pessoa estabelece no decorrer de sua existência. Vygostsky analisou situações sociais que favorecem ao sujeito a construir seu meio físico, pois, numa abordagem sócio-construtivista o desenvolvimento cognitivo envolve as interações sujeito-objeto-contexto social.

Segundo o pesquisador, o sujeito não é apenas ativo, mas interativo visto que o conhecimento e a própria consciência constituem-se a partir das trocas com os outros sujeitos e consigo próprio. Portanto o processo de ensino-aprendizagem se constitui também dentro das interações que vão se constituindo nos diversos contextos sociais.

A sala de aula deve ser considerada um lugar privilegiado de sistematização do conhecimento e o professor um articulador na construção do saber. O aluno é aquele que aprende junto ao outro o que o seu grupo social produz, tal com valores, linguagem e o próprio conhecimento.

Saber falar e ouvir são ações fundamentais na construção de um relacionamento saudável, criar uma cultura de diálogo no ambiente escolar fortalecerá o convívio com os alunos com NEE, favorecendo o seu desenvolvimento pleno.

Podemos dizer que, se não aceita pelo meio social, a pessoa com deficiência não desenvolve o seu potencial por falta de oportunidades, isto configura uma prática social limitadora, subjugadora e castradora, pois estudos confirmam que as interações sociais são condições fundamentais para que a criança passe pelas transformações essenciais que a tornem capaz de desenvolver estruturas humanas fundamentais, como pensamento e linguagem. O meio social, aqui, entendido em todos os seus *lócus*, inclusive o familiar, que muitas vezes deixa de ser considerado.

Vivemos um momento de transição em que se pretende assegurar melhores condições de vida para as pessoas com deficiência. Com isso, a inclusão tornou-se alvo de discussões e inquietações de educadores que procuram solução as dificuldades e avaliam a contribuição da inclusão tanta para os alunos sem deficiência, nosso caso deficiência mental que é o nosso trabalho tem como propósito investigar quais as contribuições apresentadas por VYGOTSKY ao processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência. Essa investigação teórica pretendeu esclarecer qual a real importância da inclusão para a pessoa com deficiência, assim como para os demais participantes deste processo porque se acredita que a interação do sujeito com o meio, e essencialmente, das relações sócio - afetivas estabelecidas entre pares são relevantes para o estabelecimento da aceitação, amizade e aprendizagem. A inclusão pode beneficiar não só o incluído, mas todos que com ele estabeleceram interações. (CARNEIRO, 1997)

Além de uma escola inclusiva precisamos de um mundo inclusivo. Um mundo no qual todos devem ter acessos às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa, onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não seja marcada por interesses econômicos, ou pela caridade pública.

Atitudes preconcebidas e sentimentos que transmitem inferioridade e compaixão são observados comumente em nossa sociedade que possui uma visão de homem padronizada e classifica as pessoas de acordo com uma visão quantitativa.

Elegemos um padrão de normalidade e nos esquecemos que a sociedade se compõe de homens diferentes, que ela constitui na diferença. Essas atitudes de rejeição, estigmas e posturas preconceituosas, criam barreiras sociais e físicas dificultando o processo de inclusão. Dentre as rejeições, a maior barreira consiste na tendência de não se acreditar no potencial de desenvolvimento de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, principalmente os que apresentam deficiência mental.

Lev Semiónovich Vygotsky foi um dos pesquisadores que se preocupou com os aspectos que envolvem a construção do sujeito de suas experiências adquiridas através da interação com o outro.

Ele foi uma das únicas pessoas de sua época a investigar temas em educação especial e fazer grandes reflexões a respeito da aprendizagem das pessoas com deficiência em seus estudos. Tendo como base teórica uma concepção de desenvolvimento humano que leva em consideração a íntima e constante relação entre o social e o biológico.

Entendendo que o desenvolvimento humano tem por bases as relações sociais, interações de sujeitos históricos, este autor ressalta que o desenvolvimento está interligado às aprendizagens desde os primeiros dias de vida da criança, que impulsionam e promovem o desenvolvimento, sendo que a essência do homem é social.

Segundo Carneiro (1997), Vygotsky enfatiza o papel fundamental da aprendizagem e das interações sociais para o desenvolvimento humano “o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam”. Assim o desenvolvimento humano se dá nas e pelas interações sociais. Ele focalizou o desenvolvimento da pessoa com deficiência a partir do desenvolvimento das pessoas sem deficiência. Segundo o autor, as

peças com deficiência podem se beneficiar do processo de aprendizagem assim com as demais, porém precisam ser corretamente estimuladas desde cedo e o ambiente educacional deve ser receptivo e utilizar-se de recursos educacionais adequados para ela possa assimilar grande parte dos conhecimentos.

Para Vygotsky, o desenvolvimento se apresenta em dois níveis, a saber:

- Real: que apresenta o que a criança pode realizar sozinha;
- Potencial: que representa aquilo que ela só realiza com ajuda ou pela imitação, mas que poderá vir a realizar sozinha a partir das interações que promovam suas aprendizagens (Zona de desenvolvimento proximal).

Entre aquilo que a criança aprendeu e realiza sozinha que é o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial está a zona de desenvolvimento proximal que representa a distância entre aquilo que ela faz autonomamente e o que realiza com colaboração do outro.

É fundamental que se compreenda que o cérebro, base orgânica da atividade psíquica, não é um sistema fixo imutável.

Compreendido como um sistema aberto e de grande plasticidade, o cérebro é capaz de se modificar ao longo da história da humanidade e do desenvolvimento ontogenético. Estas mudanças se dão em função dos diferentes padrões de relação que os homens estabelecem entre si no movimento da história. Por conseguinte, não existe uma natureza humana desvinculada das relações sociais.

Esta flexibilidade do cérebro e, portanto dos sistemas funcionais cerebrais, permite que uma operação puramente intelectual substitua um processo sensorial prejudicado. Por exemplo, uma pessoa cega, que além de utilizar sua capacidade de comunicação oral, aprende a ler utilizando o sistema Braille, poderá dar saltos qualitativos importantes em sua inteligência verbal, mesmo sem acesso aos estímulos visuais. Aquilo que é captado por uma pessoa com visão normal poderá ser captado por uma pessoa cega. Só que neste caso, como o aparato visual,

está prejudicado, a percepção será indireta, mediante a atividade cognitiva que permite o estabelecimento de relações abstratas.

A criança desenvolve novas competências por causas da aproximação dos outros sociais, esses outros entendidos, por um lado, como as novas apropriações semióticas (a linguagem fundamentalmente) que a criança faz no grupo cultural, e, por outro, o adulto ou par mais desenvolvido como mediador das novas competências.

A criança com necessidades especiais não é uma criança marcada, pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa e eficaz.

Faz-se necessária uma revisão conceitual da representação construída, ao longo de muitos anos, da pessoa com deficiência. A deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituído um estado permanente, não deve definir atributos individuais.

O desafio crucial não reside apenas na representação social que se verifica na sociedade, mas nas posturas concretas que se verificam socialmente. Muitas delas poderiam desenvolver e adquirir uma maior autonomia pessoal, social e profissional, porém isto não ocorre devido precisamente aos controles e cerceamentos sócias. O grande obstáculo quando pensamos na criança com NEE, situa-se no isolamento freqüente que vivencia na família, na vida escolar ou na vida em sociedade.

Para Vygotsky, quanto mais positivas forem às trocas psicossociais, mais fortalecido sairá tal desenvolvimento e quanto mais debilitadas elas forem mais lacunar o mesmo será, ou seja, as condições do desenvolvimento psíquico derivam da qualidade das trocas sociais.

Este mesmo teórico se opõe as concepções que buscam explicações exclusivamente biológicas para o desenvolvimento das pessoas com NEE, propondo um enfoque no qual a deficiência é tanto de caráter biológico quanto social. O autor não parte dos dados biológicos, buscando relacioná-los a história e à vida social. Sua compreensão implica em considerar o caráter social do desenvolvimento, a história e a vida

social desde o princípio, quer o sujeito apresente características relacionadas à deficiência ou não.

O que se observa em termos do desenvolvimento da maioria das pessoas com algum diagnóstico de deficiência seria, no seu entender, decorrente da ausência de uma educação adequada. A deficiência primária converte-se em secundária em certas condições sociais. A lesão cerebral converte-se ou não em deficiência mental em certas condições sociais, pois não há nenhum aspecto onde o biológico possa separar-se do social. Conforme o autor, as pessoas com deficiência podem se beneficiar do processo de aprendizagem assim como as demais. Porém, precisam ser corretamente estimuladas, desde cedo, e o ambiente educacional deve ser receptivo e utilizar-se de recursos educacionais adequados para que ela possa assimilar grande parte dos conhecimentos.

Segundo Vygotsky, uma criança cujo desenvolvimento esteja complicado por alguma lesão ou alteração cromossômica não é simplesmente menos desenvolvida que as crianças consideradas normais de sua idade. A criança com NEE não se desenvolve em menor escala, mas desenvolve-se de outra forma.

Não há, na visão vygotskyana, diferenças quanto aos princípios de desenvolvimento para os considerados normais e considerados deficientes. Porém existem particularidades na forma de aprender e se desenvolver, nos recursos necessários para a aprendizagem, entre outros fatores.

Cada forma de desenvolvimento é peculiar. E é sobre este aspecto que os educadores devem se debruçar, ou seja, compreender como cada sujeito que apresenta um diagnóstico relacionado à deficiência se desenvolve.

A educação especial, conhecida por Vygotsky, em seu país tinha influências européias. Mais que uma escola para deficientes, a escola deveria ser um local para educação, deveria ser compreendida como parte da educação geral e ter as mesmas bases e a mesma finalidade, utilizando-se de métodos e procedimentos diferenciados

sempre que necessário. Desta forma, todas as crianças estariam tendo acesso aos mesmos conhecimentos, mesmo que por vias peculiares.

Ele também ressaltou que a escola especial tem a tarefa de criar formas de trabalho, positivas e próprias que atendam as necessidades e peculiaridades dos educandos.

É preciso que a escola seja um local que reconheça as diferenças e, respeitando-as possa conviver com elas, com a implementação de programas educativos eficazes.

Segundo Vygotsky, não importa a forma de comprometimento, há sempre a possibilidade de desenvolvimento de transformação.

A possibilidade de alteração no desempenho de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental na teoria de Vygotsky. Assim, podemos inferir que o sucesso ou insucesso da aprendizagem da criança com NEE é, muitas vezes, o reflexo da intervenção pedagógica e do perfil do professor que, com ela, atua como mediador no processo ensino aprendizagem.

O mais importante para nós educadores é o repensar sobre nossas atitudes e crenças em relação às crianças com NEE.

Precisamos de escolas que promovam a aceitação social ampla, paz e cooperação, pois se as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos e quando eles se tornam adultos ocorre um grande conflito em uma competição desumana.

São os relacionamentos pessoais desenvolvidos durante a jornada do crescimento humano que determinarão a qualidade de educação de cada um de nós. Quando a escola reflete esses valores, proporciona ambientes em que tais valores são moldados por adultos e alunos, onde as práticas de ensino, as estruturas e os currículos exemplificam esses valores e contribuem para que a sociedade seja um lugar onde um grupo de pessoas cada vez mais diversificado se relacione e se sinta valorizado e tenha uma aprendizagem autêntica.

Para que ocorra uma aprendizagem autêntica, cada aluno deve adquirir a sensação de pertencer ao grupo, uma sensação de

conexão e os professores desempenham um papel fundamental como mediadores e facilitadores no processo ensino-aprendizagem.

Monteiro (1998, p. 73) faz algumas considerações sobre o estudo de Vygotsky na Educação Especial:

Vygotsky focalizou o desenvolvimento do portador de deficiência a partir dos pressupostos gerais que orientavam a sua concepção do desenvolvimento de pessoas consideradas normais; desses pressupostos ele destacou os aspectos qualitativamente diversos desses indivíduos, em virtude, não apenas de suas diferenças orgânicas, mas das peculiaridades de suas relações sociais – fatores que fazem com que o portador de deficiência seja não simplesmente menos desenvolvido em determinados aspectos que seus companheiros, mas um sujeito que se desenvolve de uma outra maneira. Conforme o autor, as pessoas com deficiências podem se beneficiar do processo de aprendizagem assim como as demais. Porém, precisam (refere-se a pessoas) ser corretamente estimuladas desde cedo e o ambiente educacional deve ser receptivo e utilizar-se de recursos educacionais adequados para que ela possa assimilar grande parte dos conhecimentos. (apud GAI e NAUJOURKS, 2005, in MIMEO).

As interações sociais devem ser cuidadosamente planejadas. É necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitar e a participar desse processo, que é mais complexo do que somente inserir a criança com deficiência, fisicamente, numa sala comum. Os alunos com necessidades educativas especiais – NEE - precisam interagir socialmente tanto com seus colegas quanto com os adultos.

Segundo Stainback & Stainback (1999), os professores podem explicar para seus alunos como se comportar e que comportamentos são aceitáveis e não aceitáveis na sala de aula. O desenvolvimento dos alunos deve ser considerado durante as atividades de aprendizagem, através do estabelecimento de regras de condutas interpessoais humanas, respeitosas e solidárias, direcionando comportamentos positivos e produtivos, em que o professor é o facilitador transformando o contrato social, decorrente dessas regras, em rotinas que possam ser treinadas e praticadas com os alunos até que as mesmas sejam internalizadas.

Segundo os mesmos autores, outro fator importante em sala de aula é o estabelecimento de discussões que apresentem expectativas específicas de desempenho em relação aos alunos com apresentação de frases positivas, murais exibindo os trabalhos dos alunos, seus textos e desenhos, utilizando várias estratégias de ensino voltadas para os objetivos acadêmicos, promovendo um ambiente escolar seguro, pacífico e acolhedor.

A maioria das pessoas tem dificuldades de se relacionar com outras especialmente se essas pessoas apresentam NEE.

“[...] Entretanto, as vidas das pessoas que são rotuladas como retardadas ou com deficiências parecem repletas de profunda solidão e isolamento, ou seja, com poucos amigos. Isso é algo que, para mudar, exige de nós muito esforço. Está tornando-se cada vez mais claro que, sem amigos, não pode ocorrer a verdadeira inclusão de uma pessoa na escola e na comunidade.”
(STAINBACK e STAINBACK 1999 p. 175).

Todos nós precisamos ajudar no desenvolvimento dos relacionamentos. Quanto mais oportunidades uma pessoa tem de estar com outra, seja em casa, na comunidade ou na sala de aula maior a probabilidade de formar relacionamentos e amizades. Algumas crianças precisam de apoio, pois manter uma amizade é uma tarefa árdua e as escolas são locais importantes para o desenvolvimento de amizades entre pessoas com diversas habilidades e características

Muitas vezes, a pessoa com NEE começa a ser discriminada pela própria família que a esconde, e não permite o convívio social, por vergonha ou falta de informação.

Constatamos que a maioria das pessoas não tem oportunidades de interagir com as que têm deficiência, devido ao seu isolamento e segregação, essa situação mantém representações preconceituosas e estereotipadas. A pessoa com deficiência, na maioria das vezes, convive mais com sua família e acaba tendo comportamentos dependentes e infantilizados, porém quando expostos a situações sociais, acabam sendo alvo de atitudes preconceituosas e não apropriadas.

A partir desta concepção de deficiência, pode-se refletir a respeito de onde está localizado o fenômeno da eficiência. Esta no corpo do sujeito, em seu tecido cerebral, em seus cromossomos? Ou está localizado nas atitudes dos demais, na forma como encaram o sujeito identificado como deficiente? A lesão cerebral está localizada no tecido cerebral, assim como a Síndrome de Down está localizada nos cromossomos do sujeito.

Porém, a deficiência atribuída a sujeitos que apresentam lesão cerebral ou Síndrome de Down não faz parte de seus organismos, mas sim de sua vida social. E é a partir das interações sociais travadas com, e por estes sujeitos, que constituem as deficiências a eles atribuídas.

O fenômeno da deficiência localiza-se nas interações sociais, no modo da sociedade relacionar-se. Porém é preciso esclarecer que não significa negar as características físicas da deficiência, mas sim o tipo de interações que envolvem um sujeito que apresenta tais características. Assim é possível pensar que este sujeito pode relacionar-se e constituir-se de outras formas, a partir de outras relações.

Vygotsky destaca a importância das condições de vida, atribui papel fundante à linguagem e as práticas sociais, nas quais destaca as relações de ensino. (CARNEIRO, 1997)

Refletindo sobre o modo com que as crianças se relacionam com o mundo adulto, através do brincar, encontramos na perspectiva vygotskyana, a ideia da criança que conhece e, nesse processo, expande seu mundo objetivo apropriando-se de objetos do mundo adulto, objetos com os quais ainda não pode agir, mas que se colocam ao seu alcance pelas relações vividas com o adulto. Assim, a brincadeira imaginária, o faz-de-conta, surge na vida da criança como uma forma de satisfazer necessidades não imediatamente realizáveis. A criança brinca de ensinar, cozinhar, dirigir, viajar, namorar, casar, engravidar, conseguindo, dessa forma, viver a contradição. Desse modo, a brincadeira é a atividade que permite importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança e dentro do qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho de transição da criança para um novo nível de desenvolvimento.

Segundo Vygotsky, o fator fundamental no desenvolvimento da pessoa com deficiência é o duplo papel da insuficiência orgânica no processo deste desenvolvimento. Por um lado, o defeito é a limitação, a debilidade, a diminuição do desenvolvimento. Por outro lado, ao originar dificuldades, estimula o movimento para o desenvolvimento. Neste sentido, qualquer defeito origina estímulos para formar a compreensão. Trata-se de uma compensação social. (CARNEIRO, 1997)

Na forma como a sociedade está organizada, as pessoas com NEE encontram muitas dificuldades para desenvolver-se. Pois esta é uma organização excludente, que dificulta o acesso à cultura para aqueles que fogem ao padrão de normalidade. Portanto as interações sociais devem ser cuidadosamente planejadas, é necessário que os alunos com NEE possam interagir socialmente tanto com seus colegas quanto com os adultos.

Os professores podem estabelecer um contrato social como se comportar e que comportamentos são aceitáveis e não aceitáveis na sala de aula.

O envolvimento dos alunos deve ser considerado durante as atividades de aprendizagem através do estabelecimento de regras de conduta interpessoal humanas, respeitosas, interessadas e solidárias direcionando a condução da aprendizagem e valorizando comportamentos positivos e produtivos.

Neste sentido, a compensação social consiste em criar condições e estabelecer interações que possibilitem as pessoas com NEE apropriarem-se da cultura, seja qual for o seu diagnóstico relacionado à deficiência. O autor chama a atenção, porém, para que o processo de compensação não seja compreendido como universal e que não ocorra livremente.

A educação, neste caso escolar, é indispensável ao desenvolvimento das pessoas, pois tem um papel social e de trocas afetivas bastante significativas na vida das pessoas. O ambiente escolar deverá compor um meio rico em incentivo à construção de conhecimento,

vasto para aperfeiçoamento da linguagem e diversificado em oportunidades de convivência.

A criança, seja em casa ou na escola, está se constituindo como ser humano através de suas experiências com o outro, naquele lugar, naquele momento.

Cabe o nós professores abrir espaços para que as crianças com ou sem deficiência possam se relacionar educando os alunos juntos, as crianças com NEE tem oportunidades de preparar-se para vida em comunidade, os alunos aprendem a ser sensíveis, a respeitar e conviver com as semelhanças e diferenças.

Glat (1995) nos explica que o estigma, segundo Goffman, é um termo que veio do grego para se referir a algum sinal corporal que evidenciasse alguma coisa ruim. Esses sinais eram provocados com cortes ou fogo que identificava a pessoa traidora ou escrava. Estas eram ignoradas e excluídas principalmente em lugares públicos. Com o passar dos tempos na Era Cristã, estes sinais representavam a graça divina que tomava forma de flores em erupção sobre a pele, e também na visão médica, era de que estes sinais representavam distúrbios físicos. Hoje é considerado estigma todo sinal evidente que foge aos padrões e regras considerados “normais”.

Aqueles que por características físicas ou comportamentais, não podem se conformar, ou que violam as leis e normas sociais não são reconhecidos como membros efetivos do corpo social, se tornando indivíduos estigmatizados e marginalizados (BECKER; SCOTT, apud GLAT 1995)

Nas pessoas com NEE forma-se uma contradição entre a maneira de ser e o que é considerado normal na sociedade em que fazem parte, existe uma dicotomia entre o que eles são e para efeito de aceitação social- quem deveriam ser. (GLAT, 1989)

Portanto, ao se discutir a questão de integração das pessoas com NEE, é preciso ter em mente e que eles constituem com uma categoria socialmente construída de desvios (OMOTE, 1994, apud GLAT, 1995) e com situação similar em vários aspectos a problemática

enfrentada por outros grupos estigmatizados, como aidéticos, homossexuais, etc. Todos são afastados do convívio social, deixando de usufruir das oportunidades e experiências abertas às demais pessoas consideradas normais.

Uma integração efetiva implica em uma mudança de atitude tanto da parte dos “normais”, quanto dos próprios deficientes que deverão se desligar de seu grupo de referência – onde se identificam e são aceitos – para disputar um lugar na sociedade mais ampla, sem garantia de sucesso (GLAT, 1995)

Nós, educadores somos agentes ativos da mudança, capazes de enfrentar e desafiar os estereótipos e o comportamento opressivo e discriminatório, explorando nossos próprios conhecimentos, valores e crenças sobre a diversidade.

“O preconceito contra crianças com NEE é que elas não podem negociar a cooperação com outros alunos ou professores, não são capazes de saber por si mesmas o que é importante aprender, e que sem controles externos elas realizarão, mas escolhas e experimentarão dificuldades”.
(STAINBACK & STAINBACK 1999, p. 397).

O preconceito e/ou a aceitação daquilo que se apresenta como “diferente” ou “indesejado” é manifestado no contexto social. Devido à carga negativa culturalmente atribuída a deficiência a primeira reação da sociedade é negá-la, passando depois à discriminação ou a indiferença. No entanto, a presença de uma deficiência não deve alterar a necessidade de respeito e dignidade humana.

Nas relações sociais contemporâneas que está presente o modelo neoliberal conservador, há um jogo de interesses e uma prática injusta e discriminatória onde a pessoa com NEE é considerada uma inválida, um ser digno apenas de caridades.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003, p. 99), a inserção de alunos com deficiências no ensino regular apresenta-se como uma proposta de mudança de paradigma, na perspectiva social. Trata-se um

processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações no ambiente físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meio de transportes) e na mentalidade das pessoas. Esse processo refere-se à diversidade de sistemas sociais, possibilitando à pessoa com deficiência preparar-se para assumir papéis na sociedade. É também um processo bilateral, no qual a pessoa com deficiência e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Esse modelo enfatiza a relação sujeito/meio e colhe dados significativos que contribuam para o planejamento e implementação de programas educativos eficazes. É preciso que a escola seja um local que reconheça as diferenças e, respeitando-as possa conviver com elas, com a implementação de programas educativos eficazes.

“A possibilidade de alteração no desempenho de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental, na teoria de VYGOTSKY. Assim, podemos inferir que o sucesso ou insucesso da aprendizagem da criança com deficiência é, muitas vezes, o reflexo da intervenção pedagógica e do perfil do professor que, com ela, atua como mediador no processo ensino aprendizagem”. (Ferreira e Guimarães 2003 p. 99)

Cabe a nós professores abrir espaços para que as crianças ditas “normais” possam se relacionar com crianças NEE, pois algumas crianças com NEE têm dificuldades de relacionamento devido às barreiras que foram construídas no âmbito familiar e outras nunca vivenciaram esta experiência anteriormente. Educando todos os alunos juntos, as crianças com NEE têm oportunidades de prepararem-se para a vida na comunidade, os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a conviver com as diferenças e semelhanças.

O mais importante para nós educadores é o repensar de nossas atitudes e crenças em relação às crianças com NEE, sobre a educação, sobre a atmosfera e sobre a(s) cultura(s) das escolas de modo

que possamos trabalhar, inovar, ousar e implementar a educação numa perspectiva inclusiva.

Para que a inclusão se torne uma realidade, além de saber escolher as estratégias de ensino mais eficazes para cada situação, é importante que o professor receba todo tipo de apoio e orientação.

7. ESTRATÉGIAS QUE FAVORECEM A INTERAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Precisamos começar a construir e a estimular as amizades no ambiente escolar, pois são elas que nos tornam partes integrantes de uma comunidade.

Deve-se tomar cuidado para que o aluno com NEE não seja tratado sem dignidade e as amizades sirvam somente para realçar as deficiências.

Os relacionamentos não podem ser forçados e sim significativos, pois são as amizades que nos protegem de estarmos sós e vulneráveis.

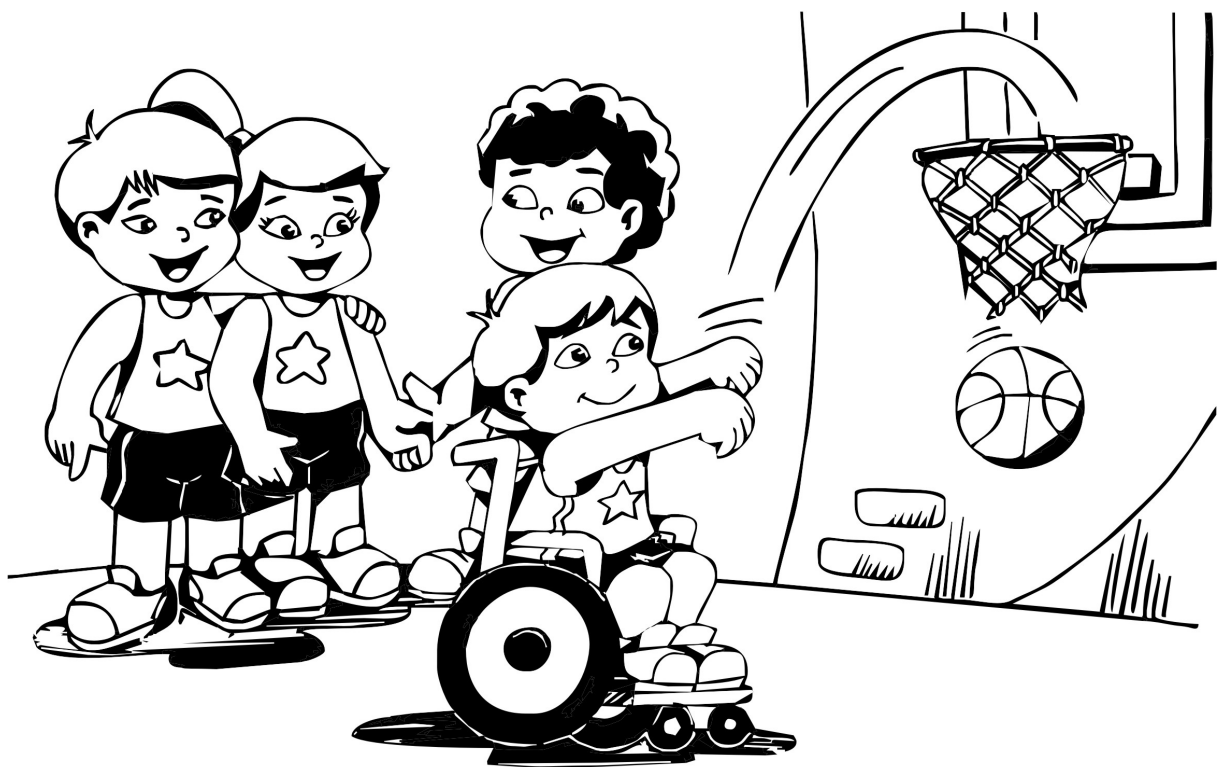
“A amizade pode ser estendida a todos em uma escola, em um bairro e em uma comunidade quando as pessoas trabalham juntas para criar oportunidades de entendimento, de apoio e de aceitação dos outros como eles são e do que estão dispostos a dar e receber”. (STAINBACK e STAINBACK 1999 p. 178).

Como assinala Coll (1981 apud 1995), a atividade do aluno, ou do grupo de alunos é condicionada por sua vez pela atividade do professor. Dele vai depender o tipo de organização da classe, e, portanto o tipo de interação.

Sua intervenção ou falta de intervenção pode interferir nos processos interativos possibilitando, assim, diferentes mecanismos cognitivos e de relacionamento. A atividade do professor está relacionada à atividade do aluno.

“Para que ocorra uma aprendizagem autêntica, cada aluno deve adquirir a sensação de pertencer ao grupo, uma sensação de conexão. Cada um deles deve sentir-se bem-vindo e valorizado. Os professores desempenham um papel fundamental como mediadores e facilitadores na criação de uma comunidade de aprendizes”. (STAINBACK e STAINBACK 1999, p. 142)

7.1 O que precisa acontecer para que as amizades se desenvolvam?



Stainback & Stainback (1999, p. 177), apresenta uma lista de sugestões para nutrir as amizades entre todos os alunos, podemos compreender que algumas condições facilitam a sua ocorrência, as quais, citamos a seguir:

- Todas as crianças devem freqüentar a escola do seu bairro.
- Todas as crianças devem aprender juntas nas escolas regulares.
- Todas as crianças devem ir para a escola no ônibus escolar, caminhando, em vans ou de bicicleta. Estar lá já é metade da diversão.
- Todas as crianças devem ser incluídas na vida associativa da escola (isso inclui o baile de sexta-feira à noite, o jogo de beisebol de domingo pela manhã, clubes e organizações).
- conceito de educação especial deve ser eliminado em favor da educação para todas as crianças com o apoio às necessidades cada aluno.
- As escolas devem ser comunidades inclusivas, não exclusivas. Devem convidar as pessoas e recebê-las bem, todas elas.
- Os pais devem encorajar e exigir-se necessário, que as escolas ajudem as crianças a aprender a brincar juntas em salas de aula inclusivas.
- Os educadores precisam aprender a abraçar e dar apoio aos esforços necessários para que as amizades floresçam. Todos nós precisamos ajudar no desenvolvimento dos relacionamentos. Isso é tão importante quanto a leitura, a escrita e a aritmética.
- Todas as crianças, sejam elas rotuladas como incapazes ou não-incapazes, devem estar envolvidas no desenvolvimento de amizades.
- As crianças precisam ser apresentadas umas às outras por amigos e por outras pessoas como as que apóiam as amizades. Algumas crianças precisam do apoio de um facilitador para que as amizades se desenvolvam. Sem esse apoio, essas crianças não conseguem, muitas vezes, desenvolver amizades. Sem a intencionalidade, muitas amizades não se desenvolvem.
- Para que os relacionamentos se desenvolvam, sua facilitação precisa ocorrer desde o início e mesmo com o decorrer do tempo. Há uma crença de que as amizades simplesmente acontecem. Embora isso às vezes possa ser verdade, muitos

de nós sabemos que conquistar e manter uma amizade é uma tarefa árdua. STAINBACK & STAINBACK (1999, p. 177),

Segundo os mesmos autores (1999): os alunos com ou sem deficiência podem ser beneficiados na aprendizagem de comportamentos que ajudam no desenvolvimento e conservação das amizades:

- Ensinar os alunos a serem ouvintes ativos, a dar um retorno positivo.
- Considerar as necessidades, os sentimentos, colocar-se na posição do outro
- Aprender a compartilhar os pertences, as idéias, guardar segredos, ensinar os alunos a valorizarem-se sendo leais e honestos.
- Resolver seus próprios conflitos, proporcionar uma maneira segura para expor queixas, sentimentos e diferenças de opiniões.
- Proporcionar aos alunos exemplos específicos para analisar e discutir: troca de papéis, treinamento e discussões em pequenos grupos que favoreçam as interações sociais e aos relacionamentos.

A intenção com que os alunos participam das tarefas de aprendizagem (aprofundar os conhecimentos, memorizá-los para “terminar o quanto antes”, ou tirar o maior proveito com o mínimo de esforço”), as atitudes e/ou sentimentos que alguns têm a respeito de seus colegas (aceitação ou rejeição, carinho ou antipatia, igualdade ou submissão, colaboração ou imposição), o auto-conceito acadêmico que cada aluno tem de si mesmo e a motivação com que cada um encara as atividades, êxitos e fracassos nas tarefas de aprendizagem, são alguns desses processos de relacionamento que se concatenam com os processos cognoscitivos e que sem dúvidas vão mediar as possibilidades e o alcance das aprendizagens. A combinação dos elementos, estrutura da atividades, da recompensa e da autoridade compõem diferentes

estruturas a aprendizagem. Mas talvez o fator mais importante dentro desses elementos seja a estrutura de recompensa interpessoal, que se refere às conseqüências que tem para um aluno o comportamento ou rendimento de seus colegas. Se as atividades de aprendizagem forem organizadas de forma “cooperativa”, se os alunos estiverem estreitamente ligados, de maneira que cada um deles saiba e sinta que seu êxito pessoal ajuda os colegas aos quais está unido para alcançar o seu, os resultados almejados por cada membro do grupo são, portanto benéficos para os outros membros com os quais esta interagindo cooperativamente.

Através das amizades as pessoas com necessidades educacionais especiais têm seu desenvolvimento lingüístico, cognitivo, social, sexual e acadêmico melhorado, porém o desafio é grande para promover amizades. Porque um adulto geralmente está envolvido no sistema de apoio ao aluno com necessidades especiais e os colegas ficam intimidados por não estar familiarizados com a presença do professor de apoio e isto pode interferir nas relações.

Sugerimos que o professor de apoio facilite a interação e permita a participação dos alunos sem interferência direta e quando for razoável, considerando a NEE do aluno, deixar que interajam sem sua presença, distanciando-se um pouco, embora controlando as necessidades dele.

O que importa é sermos a melhor pessoa que pudermos aceitando as pessoas como elas são com suas potencialidades e deficiências, assim estaremos dando um grande passo, pois caso contrário:

[...]. “Há uma evidência empírica crescente que nas escolas em que os alunos e os professores não estabelecem amizades, compromissos e vínculos um com outro (onde há uma ausência da comunidade), há problemas maiores de sub-realização, evasão de alunos, abuso de drogas, atividade de gangues e exclusão de alunos com deficiência do corpo regular de alunos”. (COLEMAN e HOFFER, 1987; MAEROFF, 1990 apud STAINBACK E STAINBACK, 1999 p. 224).

A socialização e as amizades estão entre os principais objetivos educacionais que permitem aos alunos serem membros ativos de suas comunidades. A pessoa com NEE quando se sente estimulada pelos adultos podem se relacionar com outras pessoas e ainda que não aprenda todas as matérias é importante que sejam incluídas no ensino regular. Entretanto é importante que todos os alunos aprendam o máximo que puderem, ou seja, através da socialização com diferentes colegas em ambientes escolares que as crianças com NEE aprendem e conseguem um maior entendimento das disciplinas, e podem ter muitas oportunidades para uma aprendizagem significativa.

7.2 Sugestões de atividades que o professor, pode desenvolver na sala de aula

Segundo Aranha (2005), o objetivo é oferecer sugestões de atividades que o professor, possa desenvolver na sala de aula, visando favorecer que os alunos envolvidos no processo de construção de um sistema educacional inclusivo possam manifestar e tratar dignamente, seus sentimentos a esse respeito.



Lembramos que é fundamental que as atividades sugeridas sejam coerentes com o nível de compreensão e de interesse de seus alunos e que possibilitem a vivência e a reflexão sobre os vários tipos de deficiência.

Seguem algumas sugestões extraídas Volume 3 do Projeto Escola Viva: Sensibilização e Convivência (Ministério da Educação e Cultura/SEESP, 2005):

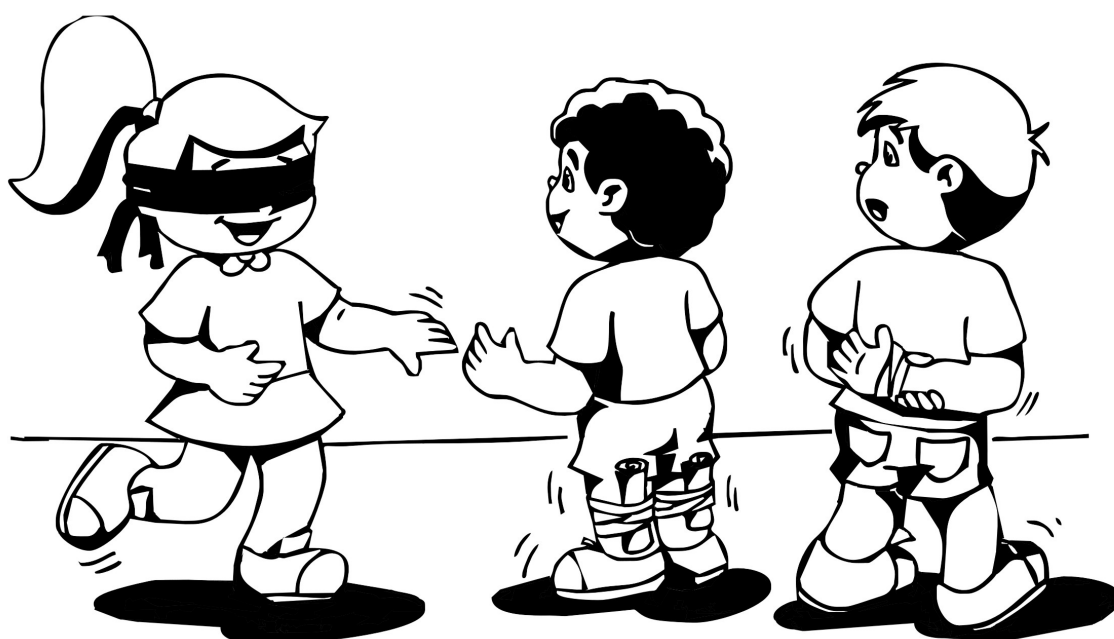
- **Aceitação sem imposição:** O movimento de transformação não pode ser imposto, mas também não pode depender exclusivamente de decisões pessoais e das reações emocionais de um outro profissional. Inicia-se na atuação dos dirigentes educacionais e alicerça-se nas ações dos professores que, como líderes, são agentes de essencial importância na transformação do sistema educacional.

- **Conversando com os alunos:** Antes de iniciar um trabalho com alunos com deficiência em classes comuns do sistema regular de ensino, é necessário que se desenvolva um trabalho de sensibilização e acolhimento para a convivência na diversidade com os demais alunos, enfatizando a importância das diferenças entre indivíduos, de maneira geral.
- **Os comportamentos de rejeição e de superproteção** à diferença devem ser desvelados, discutidos, compreendidos e modificados, inclusive como parte da ação educativa da escola que é formar cidadãos ativos, conscientes, críticos e responsáveis.
- **O professor pode iniciar um diálogo** a partir das vivências concretas de seus alunos a respeito das pessoas com deficiência:
 - . Você conhece alguém com deficiência? Quem é essa pessoa?
 - . Como você se relaciona com ela?
 - . Que tipo de sentimentos ela desperta em você?
 - . O que você acharia de ter colegas com deficiência na classe?
 - . Acredita que seria legal, que teria o que aprender com ele ou o que lhe ensinar?
- **Conversando com os pais:** Como queremos que a família reflita, repense e se envolva com o processo ensino e aprendizagem, poderíamos realizar palestras de profissionais especializados, para discutir questões relacionadas ao desenvolvimento do aluno, para dialogar a respeito das peculiaridades e necessidades das crianças.

7.2.1 Diferentes tipos de atividades

Algumas atividades podem ser desenvolvidas para melhorar a convivência. Essas atividades podem ser de dois tipos:

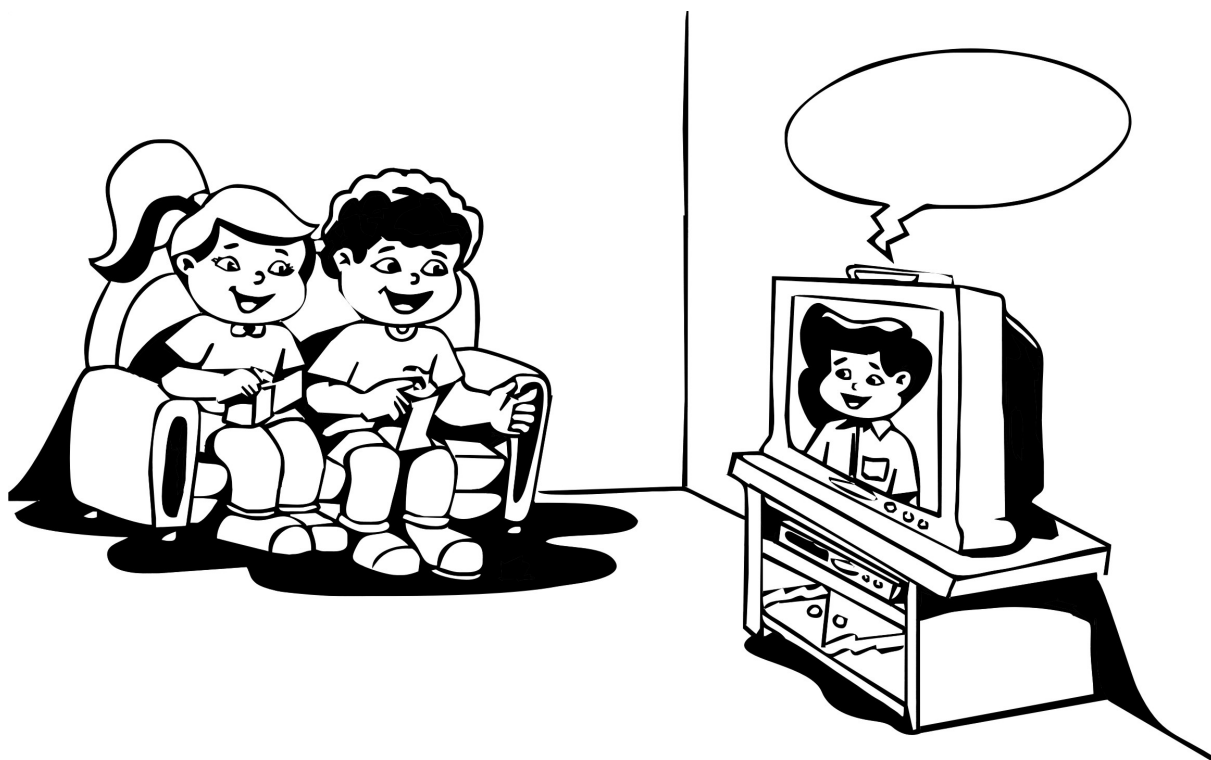
7.2.1.1 Simulações: favorecem a ampliação perceptual do que é conviver com características e conseqüências de deficiências:



Corrida de obstáculos: alguns participantes podem simular a deficiência física, fixando revistas atrás dos joelhos (com fita crepe), ou prendendo nas costas, também com fita crepe, um ou ambos os braços. Outros ainda podem simular a deficiência visual, amarrando uma venda nos olhos e cuidando com que não passe por ela qualquer claridade.

Cinema mudo: os participantes podem simular a deficiência auditiva, assistindo a trechos de filmes sem som e procurando acompanhar o que as pessoas estão falando, bem como compreender uma mensagem a história. Outros participantes podem também simular os problema implícitos na comunicação não verbal entre pessoas surdas e

peças ouvintes: procurar compreender uma mensagem transmitida exclusivamente por meio de gestos.



7.2.1.2 Reflexão intelectual: são atividades que envolvem mais reflexão sobre o assunto, tais como:

- . Discussão em grupo sobre filmes, peças, desenhos, etc., que tenham como personagens, principais ou secundários, pessoas com deficiência;

- . Redação sobre um personagem existente ou criado pelos participantes;

- . Familiarização com alguns equipamentos usados por pessoas com deficiência por meio da introdução de alguns deles dentre outros objetos comumente por todos (como escova de dente, sapatos, talheres, etc.). Pode-se solicitar aos participantes que procurem identificar a função social de cada objeto;

- . Coleta de notícia sobre o tema em jornais e revistas.

Observação: É muito importante que os participantes sejam incentivados a dizer como se sentiram durante as atividades, principalmente naquelas em que são simuladas vivências de deficiências, pois sabemos que essas podem se constituir em experiências muito enriquecedoras e marcantes para a pessoa. Compartilhar esses sentimentos com os demais tem sido sempre bastante proveitoso para todos.

8- OUTRAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- **Conhecer e tornar familiar os equipamentos:**



Coloque, numa caixa de papelão, diversos objetos que usamos em nossas atividades e tarefas do dia-a-dia, como: escova de dentes, óculos, chuteira, régua, equipamentos de mergulho, capacete, talheres, etc. Inclua também alguns equipamentos usados por pessoas com deficiência: aparelho auditivo, livro em Braille, bengala, muleta,

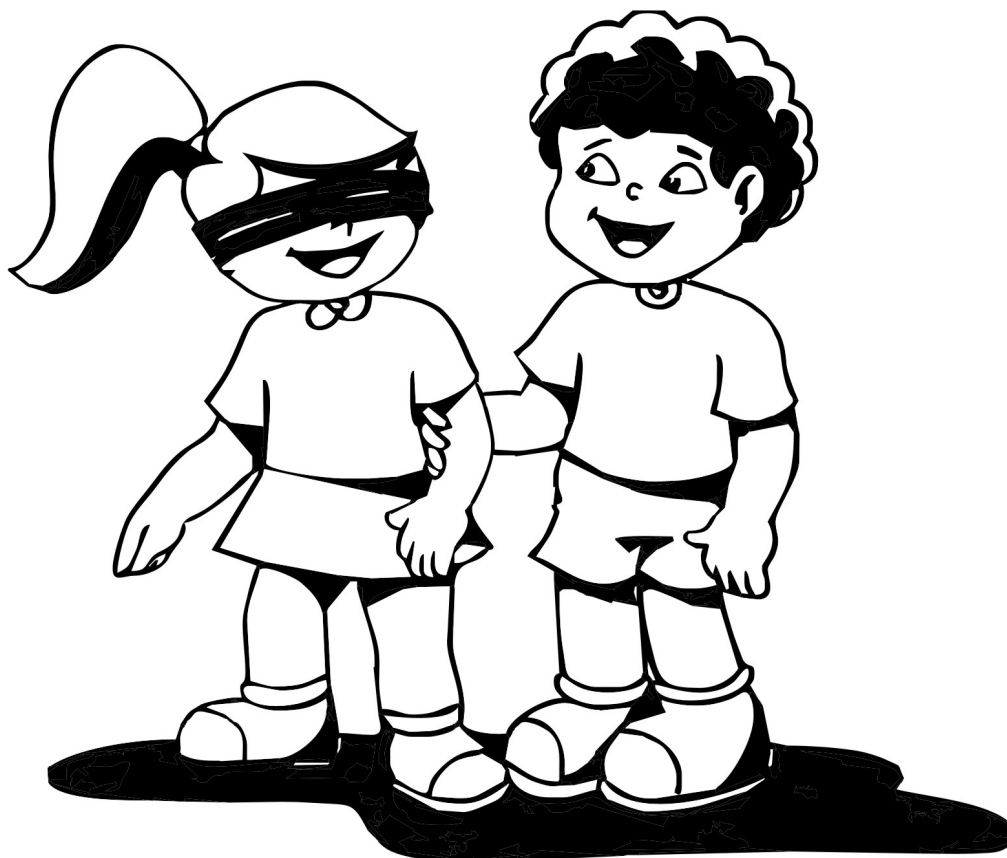
aparelho ortopédico, etc. Reúna um grupo de alunos e peça a cada um deles que selecione e retire um objeto da caixa. inicie uma discussão sobre a utilidade dos objetos selecionados. Essa brincadeira tem por objetivo a familiarização dos equipamentos de apoio usados por PNEE. Proporcione uma oportunidade para que os alunos conheçam cadeiras de rodas, próteses de membros, bengalas, muletas, botas, aparelhos ortopédicos e de surdez, bengalas para cegos, livros em Braille, regletes (objetos para escrever em Braille).

O contato inicial das crianças com os equipamentos é interessante, pois ele permite que elas façam perguntas, que os toquem e que descubram o que e para que servem sem constranger ou prejudicar o usuário.

Esses equipamentos você pode pedir emprestado a entidades e instituições de sua cidade e aos educadores especiais, os quais poderão ajudar a você a conhecer mais sobre o seu uso.

- **Simular as deficiências:** Promova atividades de simulação, durante as quais os alunos poderão vivenciar uma deficiência:

Como é ser um deficiente visual?



Objetivo: ajudar as crianças a perceberem como é “precisar de ajuda” e como oferecer e dar ajuda a uma pessoa com deficiência visual.

Material: Vendas pretas para todo o grupo.

Procedimento: Divida o grupo em pares, sendo que enquanto uma criança representará a pessoa cega, a outra será o acompanhante. Após um certo tempo, a dupla deverá inverter os papéis, de forma aquele que representou a criança cega será o acompanhante, enquanto que aquele que foi o acompanhante, será agora a criança cega. Os pares serão orientados a realizar diversas atividades, tais como: ler um material escrito na biblioteca da escola, tomar água no bebedouro, pedir uma informação na secretaria, dar um passeio no pátio da escola, utilizar o banheiro, etc.

Discussão: Em pequenos grupos formados pelos pares originais, discuta as seguintes questões:

. Como você se sentiu simulando uma pessoa com deficiência?

- . Você acha que ficou mais atenta para perceber os sons e sentir os objetos?
- . Como você se sentiu simulando o acompanhante?
- . Como acompanhante, quais as coisas que você fez para ajudar seu colega “cego”?
- . Seu colega “cego” concorda com você?
- . Você sentiu mudança de atitude quando estava vivenciando ser “cego” e quando estava sendo acompanhante?
- . Qual a melhor forma que você e seu colega “cego” encontraram para fazer as atividades juntos?
- . Foi mais difícil ser “cego” ou acompanhante? Por quê?

- **Como o deficiente visual usa a bengala longa?**

Objetivo: Simular o uso da bengala longa para aprender a realizar atividades de orientação e mobilidade com pessoas com deficiência visual.

Material: Vendas para os olhos e guarda-chuva ou sombrinhas para cada aluno.

Procedimento:

- 1- Divida os alunos em grupos de quatro, designando um deles para simular a pessoa cega, um para ser o acompanhante e dois outros para serem observadores.



- 2- Demonstre o uso da bengala longa, segurando a sombrinha a sua frente em direção ao chão e movimentando-a lateralmente, em forma de arco, enquanto caminha.
- 3- Coloque um aluno a sua frente, segure em seu cotovelo direito e caminhem juntos.
- 4- Diga para os alunos caminharem em pares da mesma forma que você demonstrou.
- 5- Selecione uma direção para eles caminharem. Um deles usará a venda nos olhos e a bengala longa e o outro será o acompanhante.
- 6- Oriente cada observador para anotar num papel as situações em que a bengala ajudou.

Discussão: Quando todos os grupos tiverem voltado, proponha a seguinte discussão:

Para o “cego”:

- 1- Como a bengala ajudou você?
- 2- Quais as coisas que você conseguiu perceber com a bengala longa?

Para o acompanhante:

- 1- Como a bengala o ajudou?
- 2- Você se sentiu mais relaxado porque seu companheiro estava usando a bengala? Por quê?

Para os observadores:

- 1- Como a pessoa cega usou a bengala?
- 2- Ela parecia mais confiante ou tímida?
- 3- Se você fosse a pessoa cega, você usaria a bengala de forma diferente?
- 4- Você acha que a bengala deu mais confiança à pessoa cega?
- 5- Quando usada adequadamente (isto é quando a bengala é segurada em frente à pessoa e movida para os lados,) a bengala longa pode ser de extrema ajuda para a pessoa cega. Se você fosse cego gostaria de ter uma?
- 6- Se você tivesse uma bengala longa como você a usaria?
- 7- Conte para os alunos que existem bengalas longas, médias e pequenas, adequadas para cada pessoa, de acordo com a altura. O comprimento da bengala deve ser igual à distância entre o tórax da pessoa cega e o chão. Geralmente elas são de alumínio e são dobráveis.

- **Minhas mãos não funcionam como deveriam**



Objetivo: Permitir aos alunos experimentar a rigidez muscular que geralmente é consequência da paralisia cerebral e a frustração de não poder controlar os movimentos.

Material: Dois pares de meias grossas e uma camisa com botões.

Procedimento:

1- Agrupe os alunos em pares e peça a um em cada par para vestir meias soquetes nas mãos, amarrando os punhos com fita crepe.

2- Conte aos alunos que eles irão vivenciar como é ter paralisia cerebral, tentando vestir e abotoar uma camisa, com as mãos na condição 1.

3- Dê o sinal e peça aos alunos para vestirem a camisa, abotoá-la, desabotoá-la e para se sentarem em frente ao seu par.

4- Peça a eles para trocarem de papel, o material, e repetir a experiência.

5- Quando tiverem terminado (alguns não conseguirão terminar a tarefa em 4 ou 5 minutos), peça para eles flexionarem os dedos e estenderem os braços.

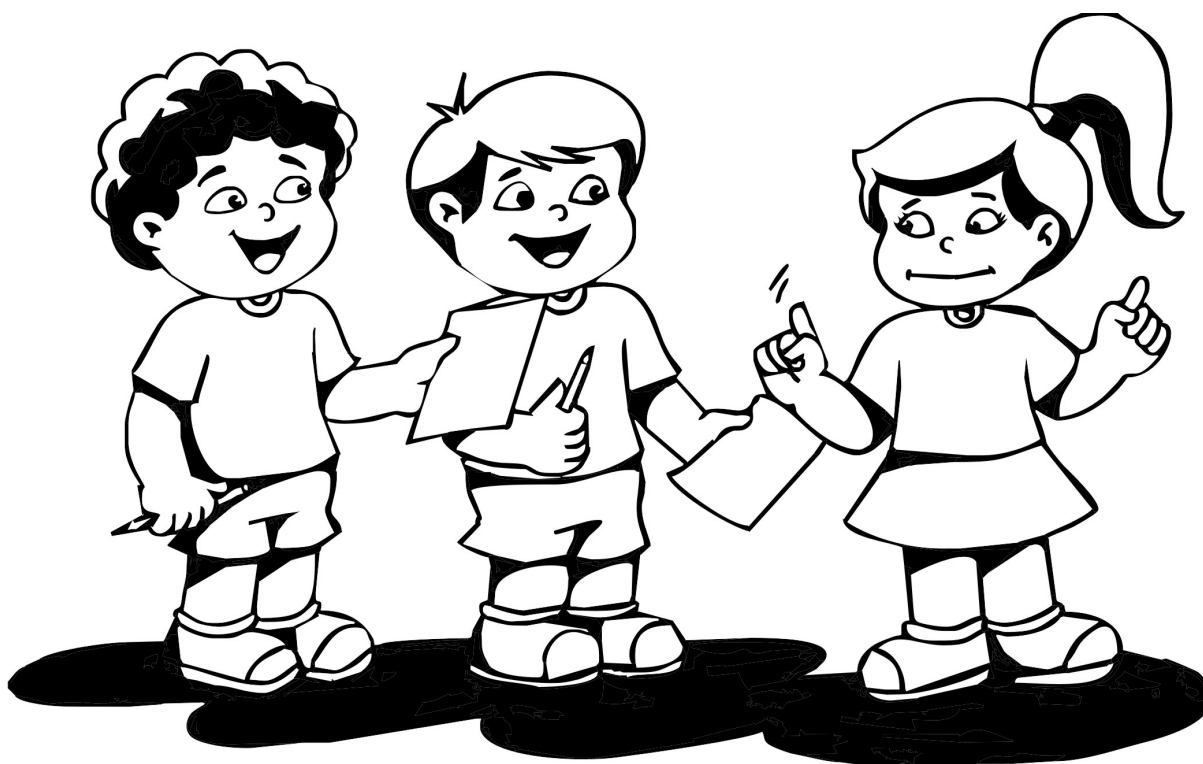
Discussão: Forme o grupo de discussão e faça as seguintes perguntas:

- 1- Como você se sentiu vestindo e abotoando a camisa com as luvas na mão?
- 2- O que foi mais difícil?
- 3- Como se sentiu com seu par observando?
- 4- Você já se sentiu com vontade de desistir de alguma coisa? Do quê? Por quê? Quando?
- 5- Quando você flexionou seus braços, o que sentiu?
- 6- Você sentiu vontade de rir de alguém alguma vez? Por quê? Por que não?
- 7- Converse com os alunos sobre seus sentimentos e observações durante a atividade. Explique que a rigidez que eles sentiram nos braços e nos dedos é muito parecida com a rigidez muscular, que a maioria das pessoas com paralisia cerebral tem, muitas vezes no corpo todo. Para elas, é muito difícil relaxar os músculos. O profissional que procura ajudar as pessoas com paralisia é o fisioterapeuta.
- 8- Converse com os alunos sobre suas atitudes com relação à deficiência.
- 9- Como eles se sentiram sendo observados, enquanto desenvolviam a atividade. Converse com os alunos sobre

como é ser observado ou ter alguém rindo, enquanto tenta fazer alguma coisa com grande dificuldade.

- **A Paralisia Cerebral pode afetar a fala**

Objetivo: Favorecer a compreensão e a sensibilização dos alunos que experimentem a dificuldade de falar e de ouvir alguém com deficiência na fala.



Material: Lápis e papel para cada aluno.

Procedimento:

1. Fazer alguns minutos de silêncio para permitir que os alunos pensem em poesia, música ou história que eles saibam de cor. Encoraje-os a pensarem em provérbios, jogos, canções de ninar, etc.
2. Peça para os alunos escreverem o que escolheram numa folha de papel.
3. Faça grupos de quatro e explique que eles irão simular o que é ter uma dificuldade na fala.

4. Peça aos alunos para apresentarem o pões ou rima escolhida para a classe. Só que eles terão que fazer isso pressionando a ponta da língua no fundo do céu da boca.
5. É muito importante que você demonstre essa técnica para os alunos e reafirme a seriedade da atividade. Você poderá selecionar uma frase para demonstrar a fala da pessoa com paralisia cerebral.
6. Os alunos deverão seguir esses procedimentos:
 - . Um aluno diz sua parte, simulando a deficiência na fala.
 - . Os outros alunos assistem até que ele termine.
 - . Os colegas adivinham o que foi dito. Se eles não adivinharem o aluno deve tentar novamente.
 - . Se os alunos ainda não conseguiram compreender o que foi dito, o aluno repete o poema sem simular a deficiência.
 - . A atividade continua até que todos tenham tido a chance de fazer a simulação.

Discussão- Quando todos os grupos terminarem essa atividade, escreva no quadro as seguintes questões e peça aos alunos para pensarem nas respostas, silenciosamente.

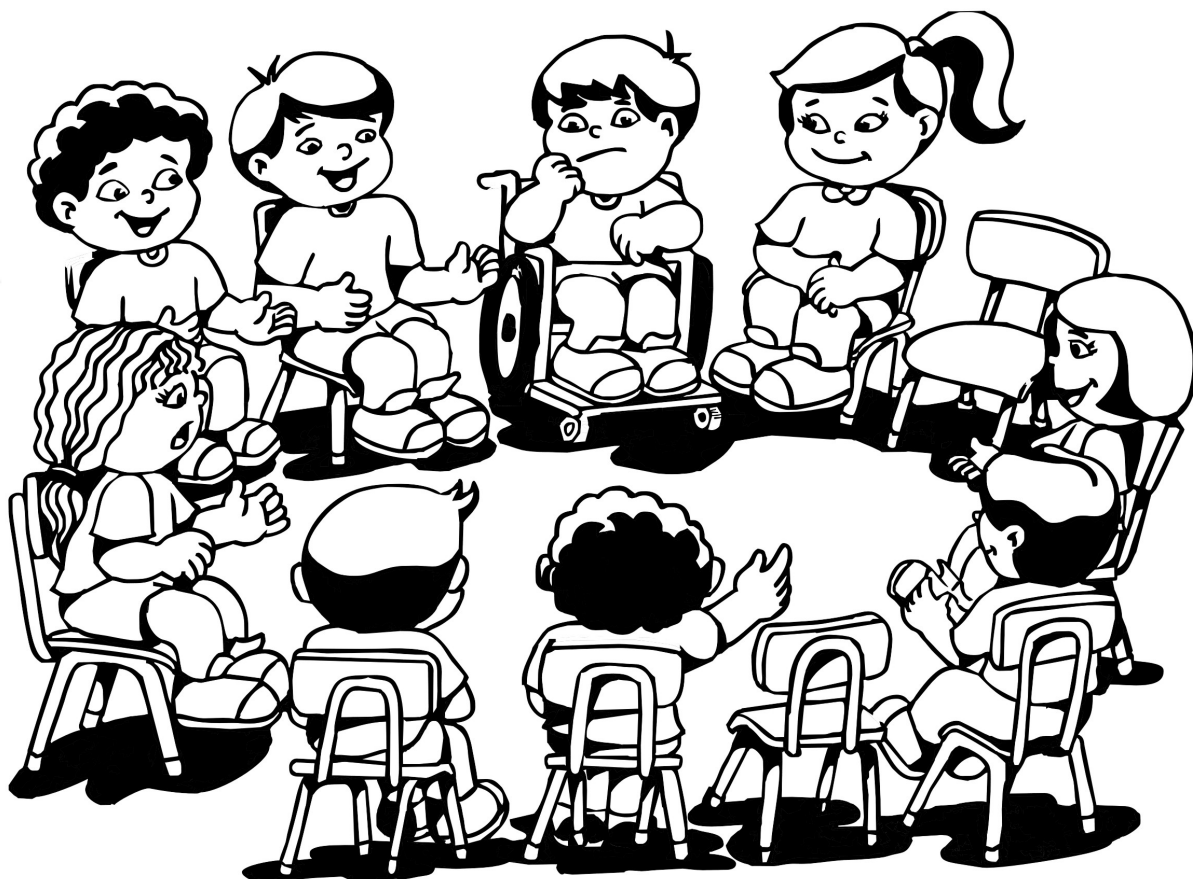
1. Como você se sentiu simulando a deficiência da fala?
2. Como você se sentiu ouvindo alguém com deficiência de fala?
3. Qual das duas atividades foi mais difícil para você? Por quê?

Essa atividade é bastante difícil, mas extremamente necessária para que os alunos possam ampliar sua visão sobre paralisia cerebral. É importante que eles observem as atividades sob o ponto de vista do ouvinte, pois essa deficiência afeta a comunicação entre ambos.

4. Converse sobre a deficiência da fala e mostre que muitas pessoas pensam que todos aqueles que têm paralisia cerebral são pessoas com deficiência mental porque falam devagar e com dificuldade.

5. Estimule os alunos a imaginarem como as pessoas com paralisia cerebral se sentem quando são tratadas assim.
6. O papel do ouvinte também é muito difícil. Geralmente, os alunos compartilham sentimentos como “eu me senti aliviado quando alguém do meu grupo adivinhou o que ele estava dizendo. Eu não agüentava mais ouvir Joana falando daquele jeito”. Ou então: “Eu não queria olhar para ela enquanto falava daquele jeito”.
7. Explique aos alunos que, às vezes, o ouvinte tem mais dificuldade com relação à deficiência do que a própria pessoa com deficiência.

- **Sentada X Em pé**

**Objetivo:**

Favorecer aos alunos que vivenciem uma amostra do isolamento que, às vezes, uma pessoa que usa cadeira de rodas pode sentir.

Material: Sala de aula grande, com cadeiras em volta, formando um círculo; um cronômetro e uma sacola para colocar cartões com frases:

1. Meu programa de TV favorito
2. Meu prato preferido
3. O melhor animal de estimação
4. Meu passeio favorito
5. O maior susto da minha vida

Procedimento

- 1- Faça grupos de cinco alunos.

2- Solicite que um dos alunos enfie a mão dentro da sacola e retire dela um cartão.

2- Coloque no meio do círculo uma cadeira de rodas, ou uma cadeira qualquer que fará as suas vezes. Um outro aluno deverá sentar-se nela. Conte ao grupo que cada um deles irá experimentar a situação de se sentar, no centro do grupo, na cadeira de rodas, ou na cadeira que está fazendo às vezes de cadeira de rodas.

3- Explique aos alunos que eles irão ter a oportunidade de experimentar um pouquinho do isolamento que uma pessoa na cadeira de rodas pode sentir, quando está no meio de outras pessoas, todas em pé.

4- Coloque os alunos em círculo e marque três minutos..Peça a eles que conversem sobre o tema constante do cartão selecionado. Todos devem participar da conversa.

5- Quando terminar o tempo, forme outro grupo de cinco alunos para entrar no círculo e assim por diante, até que todos tenham participado da atividade.

Discussão: Faça as seguintes perguntas:

1- Você se lembrou de incluir na conversa o aluno que estava na “cadeira de rodas”?

2- O que você fez?

3- Você se esqueceu de que ele estava lá?

4- Como você se sentiu sentado no meio do grupo de alunos em pé?

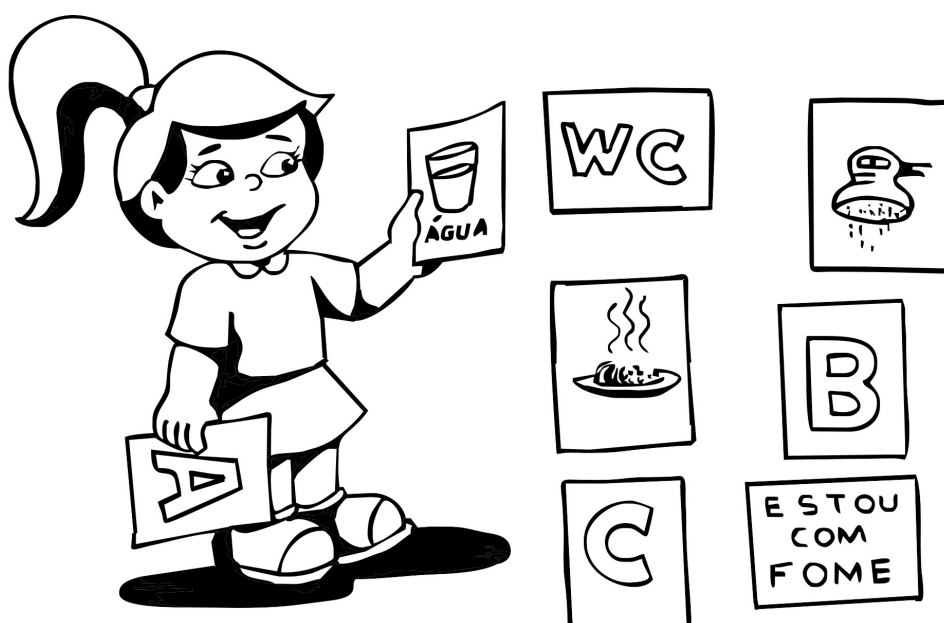
5- O que você fez para participar da conversa?

6- Você se sentiu mal alguma vez? Por quê? Por que não?

7- Discutir o fato de que muitas pessoas que usam cadeiras de rodas queixam-se que perguntas e comentários, são sempre dirigidos a amigos e pessoas da família que estejam empurrando a cadeira de rodas, em vez de serem dirigidos a elas mesmas.

- 8- Peça aos alunos para fazerem uma lista do que eles fariam se tivessem um colega que usasse cadeira de rodas. O que fariam para incluí-lo nas conversas?

- **Prancha de comunicação**



Objetivo: Permitir que os alunos vivenciem as formas de comunicação usadas por pessoas com paralisia cerebral que têm dificuldades para falar.

Material: Pranchas de comunicação que poderão ser feitas em cartolina ou madeira compensada.

Procedimento

1- Divida o grupo em pares e explique para os alunos que trabalharão com uma prancha simulada.

2- Conte aos alunos que muitas pessoas com paralisia cerebral não podem falar, mas, mesmo assim, têm pensamentos e idéias para compartilhar com as outras pessoas.

As pranchas foram inventadas para que as pessoas com paralisia cerebral possam se comunicar com os outros.

3- Usando as pranchas, peça aos alunos para, apontando as letras, soletrarem uma mensagem aos seus pares.

Eles devem se lembrar de que não podem falar absolutamente nada.

4- Deixe os alunos formularem suas próprias mensagens ou entregue frases datilografadas numa tira de papel para serem copiadas. Dê tempo suficiente para que os alunos completem as mensagens, mesmo que isso demore um pouco mais.

Discussão – Quando todos os alunos tiverem participado da atividade, faça as seguintes perguntas:

1- Você gostou de se comunicar dessa forma?

2- Foi muito difícil?

3- O que poderia ser feito para facilitar essa tarefa?

Explique que algumas pessoas com paralisia cerebral usam instrumentos eletrônicos que se assemelham às pranchas, que elas acabaram de usar. Essas pranchas têm uma luz que se desloca pelas letras e a pessoa faz a luz parar nas letras escolhidas. Algumas pranchas têm mais de 100 frases já prontas. Hoje em dia existem sintetizadores de voz computadorizados, que fazem a mesma tarefa, isto é, permitem que as pessoas com paralisia cerebral expressem seus desejos, suas necessidades, seus sentimentos, suas idéias, etc. A propósito, você pode tentar o empréstimo de uma prancha dessas junto às entidades de pessoas com deficiência ou prestadora de serviço a pessoas com deficiência de sua cidade. Isso tornaria a atividade ainda mais interessante. Mas, o mais importante, é conversar com os alunos sobre

como eles se sentiram e como seria se eles tivessem de se comunicar dessa forma, o tempo todo. Pergunte como eles se sentiriam se tivessem na classe um colega que usasse uma prancha dessas e como eles fariam para integrá-lo nas conversas e nas atividades.

- **Discussão em grupos**

1- O que os alunos devem saber sobre Paralisia Cerebral - PC

Os alunos e mesmo alguns professores, por não terem familiaridade com pessoas com paralisia cerebral, às vezes, ficam nervosos ou mesmo com medo quando vêem alguém com PC.

Geralmente ficam curiosos para ver a cadeira de rodas ou o jeito incomum com que as pessoas com PC caminham; ou ficam impressionados com os movimentos sem coordenação ou com o jeito de falar desses colegas.

A pessoa nasce com paralisia cerebral, quando o cérebro sofre um dano. Mas, apesar do dano se localizar no cérebro, geralmente são, apenas os movimentos e a fala da pessoa que são afetados. Assim, a pessoa com paralisia cerebral às vezes não consegue andar ou falar, como as outras pessoas. Outras conseguem caminhar bem, outras usam muletas, e outras ainda usam cadeiras de rodas.

Algumas vezes a fala é alterada e a pessoa não controla a saliva porque os músculos articulatórios da boca são afetados. A fala vagarosa e difícil de algumas pessoas com PC, entretanto, não significa que elas tenham deficiência mental.

A maioria pode fazer muitas coisas e aprender como qualquer outra pessoa.

Quando uma pessoa com PC se locomove de uma maneira diferente é porque ela não pode controlar os movimentos dos braços e das pernas, que ocorrem involuntariamente, sempre que ela vai emitir um gesto voluntário. Isso torna difícil, por exemplo, segurar um lápis ou uma colher e comer de maneira elegante.

. Questões para discussão sobre Paralisia Cerebral

1- Por que, às vezes, temos dificuldade para entender o que uma pessoa com paralisia cerebral diz?

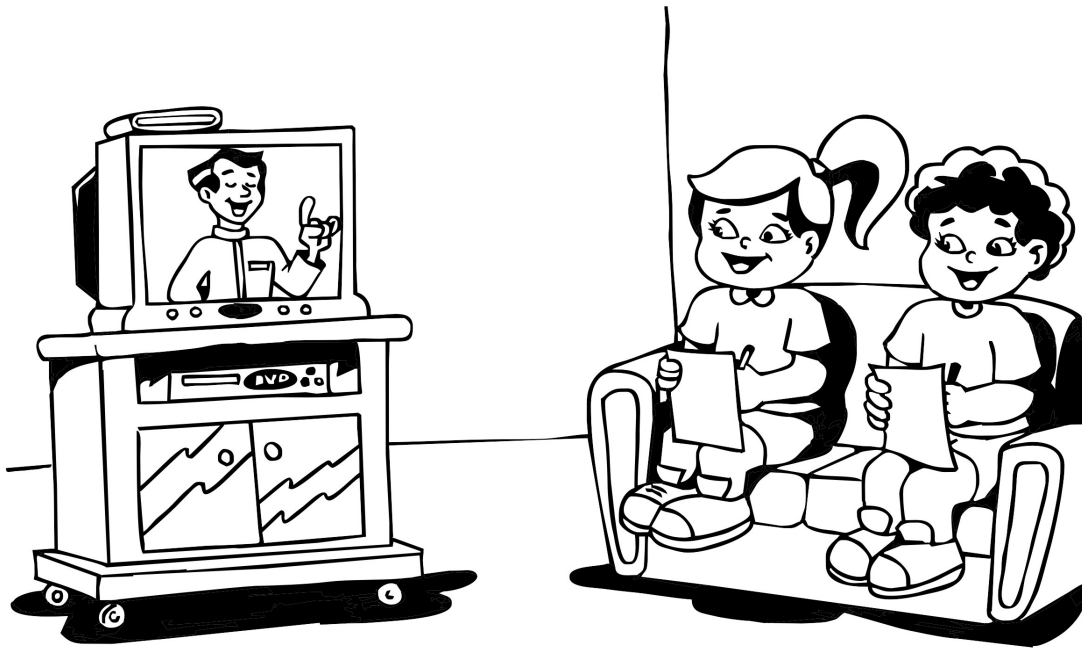
- 2- Quais as coisas que uma pessoa com PC pode fazer sozinha?
- 3- Descreva como você imagina que deve ser o banheiro para uma pessoa com PC?

9 - COMO UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA PODE ASSISTIR TV?

Objetivo: Favorecer as crianças a compreensão de que as “dicas” visuais são essenciais para uma pessoa com deficiência auditiva, no processo de informação social.

Material: Aparelho de TV. Papel e lápis para cada aluno.

Procedimento:



- 1- Ligue o televisor para os alunos assistirem e tire o som completamente.
- 2- Enquanto os alunos assistem ao filme, observe suas reações - isto é distração, tensão, dispersão, etc.
- 3- Quando o filme terminar, divida a classe em grupos de quatro. Entregue as perguntas seguintes e solicite aos alunos que escrevam as respostas em uma folha de papel. Compartilhe as respostas com o grupo.

- . Qual era o tema do filme?
- . Como você sabe disso?
- . O que você conseguiu entender?

Discussão - Discutir no grande grupo:

- 1- Como você se sentiu?

- 2-** Quais foram as melhores dicas que ajudaram você a entender o filme?
- 3-** Você acha que as pessoas com deficiência auditiva gostam de assistir á TV e ir ao cinema?
- 4-** Qual o programa que você conhece que seria bom às pessoas com deficiência auditiva assistirem?
- 5-** O que poderia ajudar uma pessoa com deficiência auditiva a entender melhor um programa de televisão ou um filme?
- 6-** Conte para os alunos que as pessoas com deficiência auditiva usam seus olhos para integrar as coisas do mundo à sua volta. Elas observam cuidadosamente para entender o que está acontecendo á sua volta.
- 7-** Fale sobre a surdez como uma deficiência que pode isolar as pessoas e sobre como deve ser difícil para uma pessoa surda se envolver em uma atividade com um grupo de pessoas ouvintes.
- 8-** Discuta o papel da televisão na vida de todos e o efeito que ela tem sobre uma pessoa com deficiência auditiva.

Você pode conseguir folhetos e distribuir aos alunos que poderão levá-los para casa e mostrá-los aos familiares.

Você poderá discutir situações que envolvem pessoas com deficiências, que podem ser trabalhados como temas de redação e de dramatização.

. Questões para discussão sobre deficiência auditiva

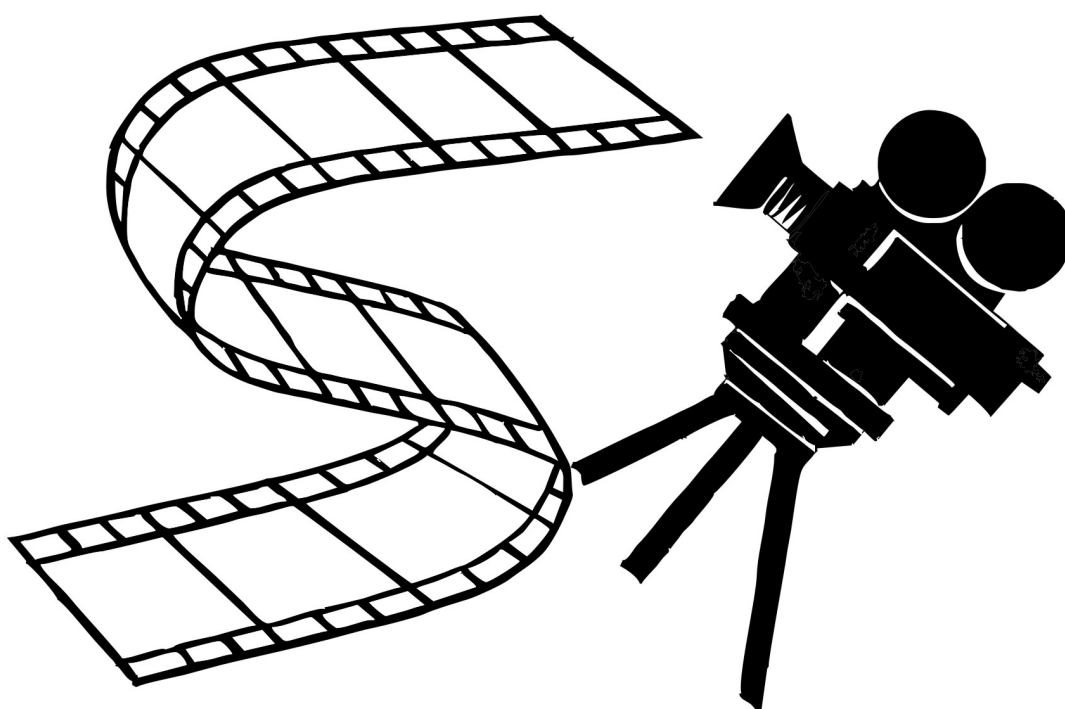
- 1-** É fácil esquecer que seu amigo é surdo?
- 2-** Por que é importante olharmos para uma pessoa com deficiência auditiva quando estamos falando?
- 3-** A voz da pessoa com deficiência auditiva é diferente da voz das outras pessoas. Por quê?
- 4-** É difícil entender o que uma pessoa surda diz?Por quê?
- 5-** Finja que você e seus amigos estão jogando.Nenhum de vocês pode falar, mas vocês têm que dizer:” eu tenho que

ir para casa às cinco horas”. Mostre para a turma como faria isto sem falar.

- 6-** Você já conhece a Língua dos sinais? Você já viu alguém usando a Língua dos sinais?
- 7-** Como você acha que uma pessoa com deficiência auditiva faz para dançar? Você dançaria com uma pessoa com deficiência auditiva? De que maneira?
- 8-** Como seria ter deficiência visual e auditiva ao mesmo tempo, ou seja, ser surdo cego?

Temos ainda o recurso da utilização de filmes que abordam várias necessidades educacionais especiais ou situações que a tangenciam.

10. SUGESTÕES FILMES E VÍDEOS



Há um número cada vez maior de vídeos que podem ser exibidos na sua escola, com personagens com deficiência. Fique atento, pois muitos passam na televisão e você pode recomendar a seus alunos que assistam. Esses personagens podem ser objeto de uma discussão em grupo. Relacionamos, abaixo, alguns desses títulos interessantes e suas abordagens:

À Primeira Vista: Virgil, um homem que ficou cego após um acidente na infância, é convencido por Amy, que por ele se apaixona, a fazer um novo tratamento especial. Essa cirurgia é realizada com

sucesso e ele recomeça tudo de novo, reaprendendo a enxergar à luz do dia e a conhecer a força do amor.

Além dos meus olhos: Após alguns anos de casados, James e Ethel, que são cegos descobrem que não podem ter filhos. Quando decidem adotar uma criança, eles têm que enfrentar uma série de barreiras legais e provar que são capazes de cuidar de alguém.

Amargo Retorno: Um retrato realista dos efeitos da guerra do Vietnã nas famílias dos soldados americanos. Enquanto seu marido luta no Vietnã, a mulher se apaixona por um soldado parapléxico, amargurado pelas memórias traumáticas da guerra.

Castelos de Gelo: Patinadora adolescente é descoberta por famosa treinadora, que transforma a garota em campeã mundial. No auge da fama, ela sofre um acidente, que a deixa cega, tendo de recomeçar do zero com a ajuda do namorado.

Dançando no Escuro: Uma imigrante tcheca leva uma vida cheia de dificuldades trabalhando nos Estados Unidos, vivendo numa caravana, com seu filho de doze anos. Ao descobrir que está perdendo a visão lentamente, tenta a todo custo esconder o fato de todos, principalmente do seu filho, porque ela descobre, também, que a doença é genética.

Eterno Amor: O filme é uma bela história de amor adaptada do livro *Um Longo Domingo de Férias*, de Sébastien Japrisot, que tem como pano de fundo a Primeira Guerra Mundial. *Eterno Amor* é do mesmo diretor de *O Fabuloso Destino*, Poulain, e traz no elenco Audrey Tatou, também de *Amélia Poulain*) como protagonista. Mathilde, a personagem de Tatou tem deficiência física, em virtude de poliomielite adquirida na infância. Mas a deficiência nunca foi obstáculo para impedi-la de correr atrás de seu amor e não mediu esforços para conseguir o que realmente desejava.

Feliz Ano Velho: Vencedor de seis prêmios no Festival de Gramado, inclusive o de melhor roteiro, narra história de um universitário, que mesmo sendo mergulhador, fica tetrapléxico após um mergulho em um lago raso. Na cadeira de rodas, recorda a sua adolescência.

Filhos do Silêncio: Oscar e Globo de Ouro de melhor atriz e Urso de Prata no festival de Berlim para direção. História de um professor de linguagem dos sinais para surdos que se apaixona por uma surda-muda que tem dificuldades de relacionamento com as pessoas.

. **Forrest Gump: o contador de Histórias-:**Oscar de melhor filme, ator, diretor, roteiro, montagem e efeitos especiais. O filme mostra como um rapaz com QI abaixo da média, consegue, por acaso, viver um período da história dos EUA. No filme há participação de um amputado das pernas.

Janela da Alma: Um documentário sobre a deficiência visual, no qual dezenove pessoas com diferentes graus da miopia à cegueira total falam como vêem os outros e como percebem e sentem o mundo. Personalidades como Marieta Severo (atriz), Hermeto Pascoal (músico), Arnaldo Godoy (vereador), José Saramago (prêmio Nobel), Evgen Bvacar (fotógrafo e professor de estética da Surbone), Wim Wenders (cineasta), Oliver Sachs (neurologista), e muitos outros fazem surpreendentes e inesperadas revelações sobre a visão.

King Gimp: Vencedor do Oscar de documentário de curta-metragem, retrata a condição de vida de um jovem com paralisia cerebral...

Lágrimas do Silêncio: Nessa história a personagem, surda, entrega a filha aos cuidados da avó, até recuperar-se emocionalmente após a morte do marido. Durante esse tempo, a avó apega-se de tal forma à neta, que requer sua guarda em processo na justiça.

.**León e Olvido:** O filme que ensina a conhecer a síndrome de Down. Olvido é uma mulher de 21anos. Leon, seu irmão, tem síndrome de Down. Faz 4 ou 5 anos que ficaram órfãos e, como única herança, eles têm a casa onde moram e um carro velho. Entre eles começa desenvolver-se, de modo cada vez mais desesperado, um conflito: Olvido quer que León aceite morar em um internato ou que vá e volte sozinho da escola e se ocupe, pelo menos, de suas coisas e de algumas tarefas domésticas; por sua vez, Leon faz todo o possível para que suas atividades, responsabilidades e tarefas sejam mínimas e sua irmã cuide dele de corpo

e alma. O desespero de Olvido vai aumentando e a tenacidade de Leon será continuamente posta à prova. Para ambos ocorrem situações muito extremas, das quais será difícil que eles saiam ilesos.

11. TRABALHANDO EM GRUPOS COM OS ALUNOS COM NEE

Para favorecer a aprendizagem de trabalhos em grupo, nos quais alunos com necessidades educacionais especiais e alunos “normais” possam aprender juntos e desenvolver, solidariedade por meio de cooperação para realização das atividades, a seguir apresentaremos algumas sugestões para atingir tal objetivo.

11.1 Métodos de aprendizagem cooperativa

Queremos comentar dois métodos de aprendizagem cooperativa e suas vantagens, e os cuidados que devemos ter quando trabalhamos com alunos com necessidades educacionais especiais.

Os aspectos dos métodos que vamos comentar, são estratégias instrucionais sistemáticas e estruturadas, que podem ser usadas em quase todas as séries, com diversos grupos de alunos e em um bom número de áreas de aprendizagem. Todos eles têm em comum o fato de que o professor organiza a sala em grupos de aprendizagem de 4 a 6 alunos, de forma que cada um deles seja, na medida do possível, um microcosmo do que é a classe como um todo, ou seja, que em cada grupo haja alunos com níveis diferentes de rendimento, sexo diferente, raças ou grupos sociais diferentes e alunos com necessidades educacionais especiais integrados na aula (SLAVIM, 1985 apud ECHEITA e MARTÍN, 1995, p.46).

A estrutura de aprendizagem cooperativa permite potencializar os processos interativos em benefício dos alunos, facilitando o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais em situações de integração social. Pois como assinala Romero (apud ECHEITA e MARTÍN, 1995)

São exatamente os alunos com necessidades especiais que costumam ter grandes dificuldades para estabelecer relações sociais positivas com seus colegas, com as implicações negativas isto tem na aprendizagem, exceto, ou em menor grau, quando as tarefas acadêmicas comuns são realizadas em regime de interação cooperativa. (p.37).

Nos métodos cooperativos, os grupos são heterogêneos de alunos unidos com o objetivo de alcançar uma meta comum e para atingir essa meta, o êxito dos companheiros é tão importante como o próprio êxito. A seguir apresentaremos os procedimentos que os caracterizam.

QUEBRA-CABEÇAS (JIGSAW)



São realizados com grupos heterogêneos de 4 ou 5 alunos. Neste, o material a ser aprendido divide-se em tantas partes quanto houver membros no grupo, em forma que cada membro do grupo de trabalho receba, portanto, uma parte da informação do tema que, em seu conjunto, está sendo estudado pela equipe. Depois que cada um dos estudantes tiver lido e preparado sua parte, reúne-se com os colegas de outros grupos que estão tratando dessa mesma parte em “grupos especialista”, nos quais se discute e aprofunda as informações do assunto trabalhado.

Depois cada estudante retorna ao seu grupo e ensina a seus colegas o que aprendeu.

Cada estudante tem, portanto uma peça do “quebra-cabeça”, mas também deve aprender o resto da informação que seus colegas possuem. Mais uma vez é nestas situações de trabalho em grupo que podem surgir processos interativos citados.

Ao final do tempo previsto, o professor pode propor um exame final individual (o que permite apreciar o aproveitamento de cada aluno), que e qualquer forma deveria ser sobre o tema em seu conjunto e

não somente sobre a parte em que um se tornou “especialista”, ou, então um trabalho em que a equipe tenha que apresentar novamente sobre a totalidade do tema, e pelo qual todos os membros da equipe terão a mesma nota.

Neste caso, cada aluno não ganha para sua equipe uma determinada pontuação, nem existe a princípio uma pontuação para a equipe que pode ser trocada por *outras recompensas* (esta característica é opcionalmente). Pelo fato do grupo não ter uma meta formal, poder-se-ia pensar que o grupo não é recompensado. Neste caso a necessidade de cooperar nasce não tanto da recompensa a ser alcançada, mas da necessidade de conhecer o que os colegas aprenderam em seus respectivos grupos, para entender melhor a tarefa em seu conjunto, a qual será cobrada através de exames ou trabalhos. Nestes casos fala-se que a cooperação repousa, sobretudo nos meios e não tanto nos fins a serem alcançados.

Trata-se de um método aplicável especialmente a tarefas passíveis de serem analisadas ou estudadas a partir de diferentes pontos de vista (o que ocorre, por exemplo, com a história) ou a partir de diferentes disciplinas (o que ocorre, por exemplo, com o tema “energia”). Os alunos podem desenvolver uma grande autonomia e o professor pode ter um papel menos direcionador. Isto pode permitir-lhe prestar mais ajuda a quem mais necessite (alunos com necessidades educacionais especiais).

A divisão de temas pode ajudar a trabalhar com a diversidade de interesses que possa surgir em um grupo, tanto como com os diferentes níveis de dificuldade que os alunos apresentem.

GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO (Group – Investigation”, GT)

O método de grupos de investigação é o mais complexo de todos e o que melhor responde á filosofia dos grupos cooperativos. Foi concebido para proporcionar aos alunos uma maior variedade de experiências de aprendizagem que os outros métodos, ma centrado no objetivo de que o aluno adquira conhecimentos ou habilidades mais específicas. Resumidamente, podemos dizer que um método com estas características implica:



- a) Os alunos escolhem subtemas específicos dentro de um tema ou problema geral, que normalmente é delineado pelo professor. As equipes são, então, subdivididas em pequenos grupos em função dos aspectos a serem estudados;
- b) Os estudantes e o professor planejam as metas concretas e os procedimentos para aprender os temas selecionados no passo A;
- c) Desenvolvimento do plano. Os alunos desenvolvem o plano descrito no passo anterior, enquanto o professor

- acompanha o progresso de cada grupo, prestando atenção à ajuda solicitada;
- d) Análise e síntese. Os alunos analisam e avaliam a informação obtida durante o passo C, e planejam como resumi-la para apresentá-la a seus colegas de uma forma atraente;
 - e) Apresentação do trabalho. Cada equipe ou uma parte dela apresenta aos seus colegas o trabalho realizado, para que todos tenham novamente uma visão global do tema geral proposto inicialmente;
 - f) Avaliação. Alunos e professores avaliam a contribuição da classe como conjunto de cada trabalho de grupo.

A estrutura do método de investigação permite que cada componente do grupo possa participar e desenvolver o que mais lhe interessa ou para o qual estiver melhor preparado, beneficiando-se ao mesmo tempo das contribuições de seus colegas.

Esta característica faz com que este método seja, especialmente relevante para promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades especiais em sala de aula, no entanto, apresenta a limitação que se reflete na possibilidade de perpetuar a prática de atribuir as tarefas mais relevantes para os alunos com melhor desempenho e deixar as menos “importantes” para os alunos com NEE. Neste, como no método anterior, o professor tem um papel central, certificando-se de que todos progredam no conhecimento dos conteúdos, e que todos se beneficiem das vantagens destas estratégias.

Uma análise mesmo breve dos diferentes métodos cooperativos demonstra rapidamente, que estes não são intercambiáveis entre si, nem se pode conseguir com todos, por igual, o máximo de vantagens e o mínimo de inconvenientes (Sharan, 1980).

O importante é que o professor seja criativo e não preso às prescrições de um manual, de forma que possa introduzir quantas

variações considere necessárias, para adaptar estes métodos as necessidades de seus alunos, em cada momento específico e em função das áreas curriculares sobre as quais esteja trabalhando. Contudo é importante analisar essas possíveis variações, para que não se acabe desvirtuando os princípios básicos da aprendizagem cooperativa, caindo em um “trabalho em grupos” que pouco ou nada tenha a ver com as possibilidades reais oferecidas por estas estratégias cooperativas.

Em suma, o uso de métodos de aprendizagem cooperativa é uma estratégia instrucional muito importante, que pode ajudar a que todos os alunos atinjam rendimentos escolares de acordo com suas capacidades e interesses, ao mesmo tempo que (e por este motivo), possam até mesmo fomentar nos alunos atitudes de aceitação mútua, apoio, respeito e colaboração.

Por estes motivos, muitos professores e especialistas tem visto nestas estratégias a melhor forma possível de tornar realidade o princípio da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Se como parece é possível alcançar estes objetivos, a esperança de uma inclusão que não seja meramente física tornar-se mais tangível e próxima. (ECHEITA e MARTÍN, 1995, p. 50 e 51)

Sugestões práticas:

Quando o professor tem em sua classe alunos com necessidades educacionais especiais, a forma de organizar as atividades escolares é uma variável que é ainda mais importante que a nos outros casos. Neste sentido, várias investigações têm mostrado, recentemente, que os métodos de aprendizagem cooperativa têm servido para melhorar, substancialmente a aceitação mútua e o rendimento escolar de ambos os grupos de alunos (JOHNSON e JOHNSON, 1980, 1986 apud ECHEITA e MARTÍN 1995 p.51).

Estes mesmos autores resumiram, em nove pontos, os principais passos para estruturar as atividades escolares de forma cooperativa:

1. Especificar os objetivos instrucionais de cada lição. É muito importante que o professor tenha claro que

objetivos pretende atingir em cada momento, já que, em função disto, poderá encontrar alguns métodos cooperativos mais apropriados que outros. Em dado momento, por exemplo, pode querer reforçar nestes alunos a sensação de êxito nas tarefas escolares realizadas por seus colegas, e para isto um procedimento tipo STAD pode ser apropriado, já que será comparado com os que mais se assemelham a ele, ao mesmo tempo pode contribuir para seu grupo da mesma forma que o melhor. . Em outras ocasiões, o professor quer desenvolver determinadas estratégias, nos outros alunos, sem deixar estes de fora. Neste caso é mais útil uma técnica mais aberta, como a dos grupos de investigações, em que se possam diversificar bastante as tarefas a serem realizadas, dando assim, oportunidade a todos os alunos.

2. Selecionar o tamanho do grupo mais apropriado para cada lição. O tamanho é selecionado em função da idade dos alunos (quanto mais jovens, menores devem ser os grupos, não devendo ter menos que 4/5 alunos), do tempo, dos meios e da capacidade de cada aluno em participar de atividades cooperativas.
3. Levar em conta a heterogeneidade dos alunos em cada grupo. Quando se trabalha com alunos com necessidades especiais, parece que a relação mais favorável costuma ser a de 1 a 3 em cada grupo. Não existe uma regra que permita estabelecer “*a priori*” quantos alunos com necessidades especiais podem estar em cada grupo. Isto dependerá de suas necessidades, da tarefa sobre a qual estejam trabalhando e dos objetivos almejados. O professor deve analisar com cuidado estas condições, buscando a melhor dinâmica de grupo em cada momento.

4. Dispor a classe de forma que os membros de cada grupo fiquem juntos e possam se enxergar mutuamente, bem como para que possam compartilhar e trocar materiais e idéias. A proximidade física e o contato são importantes para alguns alunos com necessidades educacionais especiais que podem ter mais dificuldades para sentir-se “em seu grupo”, se este não se materializa em um espaço concreto com colegas “tangíveis”.
5. Proporcionar matérias apropriadas e/ou sugestões de como levar adiante a tarefa. Esse ponto é importante, no caso de crianças integradas que devem contar com os materiais adaptados a suas necessidades, ao mesmo tempo em que precisarão demais auxílios que seus colegas, para beneficiar-se da dinâmica do grupo. O professor deve tentar prever antes do início do trabalho em grupo as dificuldades e necessidades que estes alunos enfrentarão, a fim de ajudá-lo na medida do possível, já que do contrário, corre-se o risco de que estes alunos sintam-se rejeitados se tiverem muitas dificuldades para participar das dinâmicas do trabalho corrente.
6. Explicar aos alunos a tarefa e o tipo de estrutura cooperativa que está sendo utilizada. Isto pressupõe especificar, muito claramente, para todos os alunos, mas, em especial para os com necessidades especiais, o objetivo do grupo que se espera alcançar; o critério de êxito, o fato de que todos receberão a mesma recompensa, o tipo de atividades que espera que realizem, enquanto trabalham de forma cooperativa, e que não se trata de competir com nenhum outro grupo. Alguns podem ter dificuldades para entender estes elementos (especialmente quando este tipo de organização é uma novidade na classe) e, no entanto é muito importante que todos entendam estes pontos

mencionados, pois do contrário corre-se o risco de desvirtuar o sentido deste tipo de organização e de não alcançar os objetivos previstos.

7. Observar as interações entre alunos, com o objetivo de conhecer que problemas encontram para trabalhar cooperativamente. Durante o trabalho cooperativo, as interações entre alunos são muito freqüentes, mas também podem ser de tipos diferentes. Às vezes, os alunos distribuem as tarefas entre si, em outras, discutem pontos de vista diferentes, e não poucas vezes, alguns atuam como professores em relação a outros colegas. Durante todos esses encontros, além disso, as relações afetivas entram em jogo constantemente e podem potencializar ou eliminar toda a dinâmica cooperativa. Os professores devem prestar especial atenção ao que ocorre durante estas interações, já que os alunos integrados, em geral, partem de posições piores no momento de interagir com seus colegas.
8. Intervir como “conselheiro”, quando o grupo enfrentar problemas e para proporcionar a cada um as habilidades que lhe permitam melhor no trabalho cooperativo. O fato de potencializar o trabalho em grupo cooperativo não deve significar, em nenhum momento, abandonar os alunos ao acaso. O professor deve ter como objetivo que todos os alunos e todos SOS grupos tenham êxito nas tarefas que estão realizando. É neste sentido que ele deve intervir, para fazer com que todos possam participar plenamente das dinâmicas deste tipo de trabalho.
9. Avaliar os trabalhos do grupo, tanto a partir de um ponto de vista global como em relação ao que cada um de seus membros tenha contribuído individualmente, com o objetivo de ajudar estes, caso necessário, a alcançarem melhores níveis de participação no grupo. O princípio

básico subjacente ao trabalho cooperativo é que todos contribuam, por igual, ao êxito do grupo, ainda que cada um o faça dentro de suas próprias possibilidades e que o êxito de seus companheiros seja o que o favoreça. Sempre que se realiza a avaliação de um trabalho cooperativo, em que tenham participado alunos com necessidades educacionais especiais, deve-se assegurar que estes percebam em que contribuíram para seu grupo e o que conseguiram individualmente.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste texto esperamos ter contribuído para que os profissionais da educação ampliem a sua compreensão sobre a importância do processo de socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto de escolas inclusivas, bem como oportunizar que possam conhecer e possivelmente utilizar as estratégias descritas para favorecer o acolhimento dos referidos alunos.

Pretendemos contribuir com os profissionais da educação e outros envolvidos com a Educação Especial e interessados no processo de inclusão social e educacional dos alunos com deficiência no ensino regular, especialmente no que tange as relações sociais no contexto escolar. Esperamos que, com este trabalho estimular e despertar no educador o desejo de construir novos conhecimentos e procedimentos pedagógicos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem, bem como a possibilidade da escola pode vir a ser um espaço no qual com suas práticas, comporte, escute e acolha os alunos com deficiência e que estes se sintam parte integrante desse processo. A verdadeira inclusão necessita ter como alicerce um processo de construção de mentalidades e práticas, derivadas de uma reflexão conjunta, na qual estejam envolvidos, especialmente os professores, os gestores e funcionários e estes precisam compreender que o aluno pode, ao seu modo e ao seu

tempo beneficiar-se do convívio escolar desde que lhe sejam dadas oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Esperamos enfim, ter atendido parte da ansiedade pela qual passam todos que estão envolvidos com o atendimento educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCO-VERDE, Yvelise. F. S. **Reformulação curricular no Estado do Paraná - um trabalho coletivo.** In: Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no Estado do Paraná. Curitiba: SEED/SUED, 2004. Mimeo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei N.º 9394/96). Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Parecer CNE/CEB n.017/2001.

CARMO, Apolônio A. **Inclusão Escolar: roupa nova em corpo velho.** In: Integração, ano 13, nº. 23, 2001, p. 43 – 48.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. Do ensino especial ao ensino regular: tentativas de integração escolar e alunos considerados portadores de necessidades

educativas especiais. In: ZANELLA, Andréa V. et alii. Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997, p. 176 -186

CARVALHO, M. de Fátima. **Conhecimento e vida na escola**: convivendo com as diferenças. Campinas/SP: Autores Associados; Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2006 (Coleção Educação Contemporânea).

COLL, César; PALÁCIOS, Jesus & MARCHESI, Desenvolvimento Psicológico e Educação Vol. 3 – **Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**.

DOURADO, Luiz F. & PARO Vitor. H. (Orgs.) **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

DUTRA, Claudia P. In: **INCLUSÃO** – Revista da Educação Especial, Ano I, nº. 1, out./2005, p. 5/ Entrevista.

EDLER CARVALHO, Rosita. **A nova LDB e educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto

Alegre: Mediação, 2001.

FERREIRA, Julio Romero. Política Educacional e Inclusão. In: Revista de Educação do Cogeime, Ano II, nº 21 (dez/ 2002), p. 17-24.

GLAT, Rosana. **A Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão**. Sette Letras, 1995.

_____. (Org) **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007 (Questões atuais em Educação Especial VI).

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados. Campinas, 2002.

HOBBSNAWM, Eric J.. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUNARDI, Márcia Lise. **Inclusão/exclusão: Duas faces da mesma moeda**. In mimeo.

MARX & ENGELS. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. (s.d).

MATISKEI, Angelina C. R. M. **Políticas Públicas de Inclusão Educacional: Desafios e Perspectivas**. Disponível no site: www.seed.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/dee_artigos.php

MONTAÑO, CARLOS. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PALHARES, M.S. & MARINS, S. **Escola Inclusiva**. São Carlos: EdFSCar, 2002.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação N.º 02/2003**.

_____, SEED - **PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional: Documento Síntese**, Curitiba, março/ 2007.

_____, SUED/ DEE. **Inclusão e Diversidade: reflexões para a construção do Projeto Político Pedagógica**. Material para a Semana Pedagógica 2005.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: INCLUSÃO - Revista da Educação Especial, Ano I, nº. 1, out./ 2005, p.7 - 18.

SAVIANI, D; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados. Campinas, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. & GENTILI, Pablo (Orgs.). Escola S. A. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, 1996.

SOUZA, Silvana Aparecida. Políticas públicas educacionais no Paraná e a gestão compartilhada (1995 – 2002). In: LIMA, Antonio Bosco de (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

SOUZA, Sonia M. C. A inclusão escolar e suas implicações sociais. In: **Revista de Educação do Cogeime**, ano II, nº 21 (dez/ 2002) p.9-16.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1994.